

COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPORTES
E TRÂNSITO

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador Jorge Mauro, Presidente da Comissão.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente de Transportes e Trânsito, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Mauro, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Senhoras e senhores, bom dia!

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente de Transportes e Trânsito com base no que preceitua o Art. 4º da Resolução nº 1.052/06, de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação que “Estabelece procedimentos especiais, prazos e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O Art. 4º da Resolução nº 1.052/06 determina que a partir do dia 1º de janeiro de 2007 até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes realizarão, obrigatoriamente, pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A Comissão Permanente de Transportes e Trânsito é constituída por: Exmo. Sr. Vereador Jorge Mauro, Presidente; Exma. Sra. Vereadora Liliam Sá, Vice-Presidente e Exma. Sra. Vereadora Leila do Flamengo, Vogal.

Temos aqui a presença do nobre Vereador Célio Lupparelli a quem convido para compor a Mesa; Exmo. Sr. Vereador Rubens Andrade, a quem convido para compor a Mesa.

Senhoras e senhores, esta é uma Audiência Pública na qual vamos ouvir a demanda das comunidades de representantes legais desta sociedade. Quero registrar também, antes de mais nada, a presença do Coronel Antonio Marcos Paes, Presidente da CET-Rio; a presença do Coordenador de Projetos e Planejamento da Secretaria Municipal de Transportes, Antonio Jofre Andrade, substituindo o nosso Secretário Arolde de Oliveira. Convido também, até que nós tenhamos algum membro da Comissão Especial do Plano Diretor cujo Presidente é o Vereador Jairinho e o relator, penso, é o nobre Vereador Jorge Felipe, que ainda não se encontram na Casa, e que assim que chegarem vão compor esta Mesa. E, por uma questão de ética, para estar aqui ouvindo, convido o Coronel Marcos Paes para compor esta Mesa.

Quero registrar a presença da Vereadora.

Convido o representante da Secretaria de Transportes, substituindo o Secretário Arolde de Oliveira, Antonio Jofre de Andrade. Apenas para compor a Mesa, para ouvir. Ao mesmo tempo, queria convidar o nobre Vereador S. Ferraz para compor a Mesa nesta Audiência Pública.

Nós temos o privilégio, hoje, de termos aqui representando o Clube de Engenharia, uma das pessoas que deu maior ênfase ao transporte da nossa cidade, Secretário Márcio Queiroz, que está ali atrás, e que orgulha muito esta Casa de Leis. Quero dizer que nós, membros da Comissão de Transportes e Trânsito, queremos ouvir os

representantes legais da demanda para a cidade. Estão aqui os Vereadores que vão votar, emendar e dar algumas sugestões ao Plano Diretor e o Presidente da CET-Rio, representante do nosso Secretário de Transporte Deputado Federal Arolde de Oliveira. Nós já tivemos Audiências de Transporte, mas neste momento queremos ouvir vocês, até porque quando se fala em Plano Diretor, como diz o Rubinho, temos que ouvir as pessoas interessadas, ver as necessidades dos bairros, ver o que é que nós podemos fazer para melhorar a vida da nossa cidade. Então, enquanto Presidente da Comissão de Transportes e Trânsito, a minha posição é totalmente voltada para os anseios da comunidade. Nós vamos ter o PAN e não sabemos quais as seqüelas e os benefícios que ele vai deixar, mas eu acredito que a cidade tem que continuar após o PAN.

O transporte da Cidade do Rio de Janeiro, hoje, é um transporte em turbulência. Nós temos vários segmentos, várias questões discutíveis. Nós temos aqui representantes do transporte alternativo, representantes do transporte de ônibus e táxis. A nossa representação em termos de CET-Rio, quando se fala das condições que nós temos de tráfego, nós estamos aqui com o Marcos Paes, cheio de idéias que nós vamos discutir. Vocês já estão convidados para uma Audiência que vai se realizar no dia 17 de maio, para a qual convidamos muitas pessoas para discutir o Corredor T5.

Nosso Representante Márcio Queiroz, queremos que o senhor faça parte desta Mesa até como sendo o então Secretário.

Se algum dos oradores da Mesa quiser fazer uso da palavra, antes de passar para que as pessoas possam expor suas questões da Cidade do Rio de Janeiro, o faça agora. Com a palavra o nobre Vereador Rubens Andrade.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Bom-dia, Vereador Presidente desta Audiência Pública e Presidente da Comissão de Transportes e Trânsito desta Casa, Jorge Mauro; Presidente da CET-Rio, Marcos Paes; Vereadores que compõem a Mesa: Vereador S. Ferraz, Vereadora Liliam Sá, Vereador Professor Célio Lupparelli; o Representante do Deputado Federal e Secretário Municipal de Transportes, Arolde de Oliveira. Quero citar o Presidente que se encontra presente aqui, nesta Audiência, o Superintendente da Agência Metropolitana de Transportes, que foi criada em janeiro.

Não se pode falar em Plano Diretor na cidade, sem pensar na nossa Região Metropolitana. O que é Região Metropolitana? São os limites com as cidades de Itaguaí, Seropédica, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói e São Gonçalo, porque nós estamos dentro desse contexto. E também ao Presidente desta Comissão – e eu falo isso porque a presença do Secretário Municipal de Transportes aqui é de suma importância para discutir a cidade, como também do estado, para discutir o sistema de operação dos trens, que é feito por uma concessionária, a Supervia, que foi privatizada, e o metrô, que é feito pela Oportrans. E estou vendo aqui que há a questão do bonde. Até hoje mesmo no jornal se fala na recuperação do bonde. Tem uma questão também, está aqui o Sinditransrio e Fetransrio. Tem a questão de Guaratiba, que é o grande drama da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, com o transporte cada vez mais complicado.

Eu quero ressaltar aqui – e vou falar fundamentado, quem quiser cópia depois eu coloco à disposição – que órgãos de fiscalização da Prefeitura disseram que se fiscalizassem para valer aqui na Av. Chile os ônibus que servem à Zona Oeste, teria que tirar todos de circulação. Olha só que perigo. Não sei se estão esperando uma

tragédia para se discutir isso. Pois bem, eu quero deixar aqui a minha contribuição para o Plano Diretor de Transporte. A compreensão que eu tenho é que o transporte em nossa cidade sempre tem sido uma questão que, além de deixar a desejar, tem sido marcada pela não conclusão. Eu quero citar algumas coisas que já foram pensadas na década de 60, ou seja, há mais de 40 anos, que são as linhas policromáticas: Linha Vermelha, Linha Amarela, Linha Verde, Linha Azul e outras mais. Temos implantadas efetivamente a Linha Vermelha e a Linha Amarela, precisando completar a Linha Verde, que pega a atual Reverendo Martin Luther King, que era a antiga Automóvel Clube, e o Noel Rosa. Nós temos, nesse caso, a Linha Amarela que foi pensada originalmente com VLT e que dez anos depois ainda não foi implantado.

Nós sabemos o que é no final de semana, dia de praia, festa ou alguma atividade na Barra – e vamos ter os jogos Pan-Americanos aí – uma tensão só para circular naquela via. Tem o corredor T5 que volta à discussão e que eu acho algo fundamental para pegar a área que cresce muito e oferece oportunidades de trabalho para a população do Rio e da Baixada, que é Barra, Jacarepaguá, Recreio, e que interliga os modais de trem em Madureira, antiga Magno e hoje Mercadão, linha 2 do Metrô, e por aí vai.

Temos também que pensar, e não podemos deixar de fora do Plano Diretor, e torço e trabalho para nos próximos dez anos ter a complementação da Via Light, a partir de Madureira até o entorno do Viaduto Negrão de Lima. Eu até avanço mais nisso eu acho que o Plano Diretor deveria apontar também, quem sabe, uma extensão sobre a linha auxiliar, que vai por Engenheiro Leal, Cavalcanti e Tomás Coelho, com acesso para a Linha Amarela porque se tiraria um grande volume de quem quisesse ir para os bairros ao longo da Grande Madureira e Grande Méier. Na discussão do transporte da nossa cidade a matriz é uma só e é essa a compreensão que nós precisamos ter, que é a ausência de transporte de massa em nossa cidade e onde existir a melhoria – que espero que aconteça – como a ligação que agora se fala, não mais Carioca, Praça Cruz Vermelha e Estácio, mas, sim, São Cristóvão e Central do Brasil. O que eu tenho lido nos jornais e também conversado com o Secretário de Transportes do Estado é que para que você proporcione aos usuários a partir da Pavuna, não precisa ter todo aquele deslocamento que existe hoje no Estácio e também libera mais o uso até a Tijuca. Essa é a discussão central da nossa cidade que estou convencido. E as Barcas, também. Semana passada e retrasada nós vimos o que foram esses problemas, na Baía de Guanabara, com a operação das barcas para Paquetá, Niterói e, se não me engano, para a Ilha do Governador, também.

Então, nesta Audiência, temos que ter esse foco central e o Rio de Janeiro já mais do que passou da hora de ter um transporte de massa seguro, com qualidade e com a questão agregada da sustentabilidade, do meio ambiente, da poluição. E mais do que isso, o desgaste. Principalmente no Centro e quem acessa a Av. Brasil para os subúrbios da nossa cidade, para a Zona Oeste, Guaratiba, gasta muito mais energia dentro do transporte do que até mesmo trabalhando, porque é o engarrafamento, é a poluição, é a tensão, é a insegurança – são vários fatores. Esse Plano Diretor tem que ter como matriz central o transporte de massa.

Essa deve ser a nossa discussão central. Também a fiscalização, porque a Prefeitura precisa cada vez mais ser atuante. A substituição do sistema de bonde, em nossa cidade, por ônibus, hoje – mais de 40 anos depois - que sobrou foram os bondes de Santa Teresa e que os moradores lutam para a sua implementação e que foram desativados, trazendo vários danos para a cidade. A prova disso é que surge o

transporte alternativo como saída para aquelas pessoas que não agüentavam mais ficar 40, 50 minutos esperando o ônibus, que não chegava, e que, muito depois, não parava. São problemas que nossa cidade vivencia e que têm que ser enfrentados.

A minha proposição aqui, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, é que temos que ter, como matriz, o transporte de massa como saída para todos nós – é o trem, é o metrô, é o VLT, são as barcas, os ônibus articulados, o T5, enfim, é isso o que a nossa cidade precisa e o que precisamos enfrentar na Audiência do dia de hoje.

Agradeço ao Sr. Presidente, parabênzo a todos os presentes. Tem que ser isso mesmo: o Plano Diretor tem que ser participativo, debatido.

Lembro que a Comissão de Revisão do Plano Diretor tem aberto para que todo cidadão apresente suas propostas de Emenda ao Plano Diretor – e isso já é um avanço muito grande – e que também trabalhe junto ao conjunto de Vereadores por sua aprovação.

Muito obrigado a todos e um bom-dia de trabalho para todos nós.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Quero registrar que se encontra presente na Mesa o Vereador Guaraná, Vice-Presidente da Comissão Especial que discute esse Plano Diretor.

A Comissão é composta pelo Vereador Dr. Jairinho, Presidente; Vereador Guaraná, Vice-Presidente; Vereador Jorge Felipe, Relator; Vereadora Lucinha; Vereador Chiquinho Brazão; Vereador Nadinho de Rio das Pedras; Vereadora Aspásia Camargo; Vereador Jorge Pereira; Vereador Jerominho.

Quero registrar a presença do Vereador Márcio Pacheco.

Convido, para a Mesa, o nosso ex-Secretário Márcio Queiroz.

Com a palavra o Representante da Secretaria de Transportes para nos dar um parâmetro do que a Secretaria pensa a respeito dessa questão do Plano Diretor.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Sr. Vereador, queria agradecer o convite feito à Secretaria de Transportes e pedir desculpas pela ausência do Secretário de Transportes, a quem represento aqui hoje.

Queria fazer alguns esclarecimentos a respeito do Plano Diretor e aqui focar principalmente nas questões das políticas de transportes e na questão das diretrizes. São assuntos que podem não estar muito claros no Plano Diretor.

A primeira questão, nos objetivos e políticas de transporte...

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Só um minutinho. Primeiro, eu queria deixar registrado que uma Audiência Pública, o Rubim sabe disso, e os nobres Vereadores estão aqui, está aqui o Vice-Presidente, nós precisamos que a TV Câmara esteja ligada, não é? Já ligaram? Ótimo. Queremos deixar registrado para que as pessoas saibam o que está sendo discutido na nossa cidade. Espero que esteja tudo funcionando.

Pode continuar.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Em relação aos objetivos da política de transporte, no primeiro item gostaria de esclarecer que o que chamamos de racionalizar o sistema de transporte baseado no conceito de deslocamento total e hierarquização dos modais é a implantação de uma rede única de transporte com

integração físico-tarifária composta por: uma rede de alta capacidade, que seria vista por trens, metrô e corredor segregado operado com ônibus articulados, como é questão do T5, que nós estamos em processo licitatório. Essa rede será alimentada por uma sub-rede de média capacidade que será operada por ônibus, com faixa seletiva ou não, dependendo do corredor, ou, se for sobre trilho, por VLT. E uma sub-rede de baixa capacidade, operada por microônibus e vans, que alimentarão essa sub-rede de média capacidade. Além disso, é interesse da Prefeitura a criação de uma rede cicloviária que vai-se integrar com essas três sub-redes.

Em relação ao marco regulatório para transporte e carga, a intenção da Secretaria Municipal de Transportes é criar locais para plataformas logísticas e, com isso, evitar a circulação de caminhões de maior capacidade dentro da Cidade do Rio de Janeiro. Para isso, nós já estamos fazendo, em conjunto com o IPP – um órgão da Prefeitura – e o Governo Francês, termos de referência para a elaboração de um estudo para ter uma matriz de movimentação de carga, para saber qual é a melhor localização para uma plataforma, duas ou quantas o estudo indique como necessárias.

Um terceiro item, que é a questão de gerenciamento, operação e fiscalização do trânsito e transporte, a Secretaria Municipal de Transportes está aumentando o uso de tecnologia na sua gestão para a fiscalização e operação do transporte e do trânsito. Nós já iniciamos esse processo com a implantação dos tegues para circulação na faixa seletiva na Avenida Brasil, e a CET-Rio tem um projeto de vias inteligentes que deve, com o edital que já está pronto – nós estamos em discussão com o Prefeito a melhor época para lançar esse edital também na questão de operacionalização e fiscalização dos corredores.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Me permite um aparte?

Eu não posso deixar de, convidar para fazer assento à Mesa, o responsável, o que está tratando do Plano Diretor, o Presidente nobre Vereador Jairinho.

Por gentileza, Vereador.

Concluindo.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Em relação às parcerias público-privadas e concessões, a Prefeitura vai, sempre que possível, utilizar desses dois instrumentos para viabilizar os seus transportes. A capacidade de investimento da Prefeitura é uma, e a gente potencializa em muito a capacidade de investimento da Prefeitura com a utilização tanto da parceria público-privada quanto da concessão.

Em relação aos dois projetos novos nossos, que é o T5 e o projeto do metrô sobre pneus, um é uma Licitação para concessão do sistema de transporte, e o T5, o interesse nosso é que seja uma PPP – uma parceria público-privada.

Em relação ao Plano Diretor Municipal de Transporte, a Prefeitura, como já está aí no Plano Decenal, já contratou e já elaborou o seu Plano Setorial de Transportes, onde foram realizados estudos sócio-econômicos que foram utilizados na modelagem da demanda. Quer dizer, para projetarmos a demanda, é preciso criar um modelo matemático. Esse modelo matemático foi baseado em variáveis sócio-econômicas, como é de praxe.

Além disso, foi levantado um novo perfil das viagens realizadas. Hoje, nós identificamos as novas linhas de desejo de onde a população quer ir, de onde ela parte e para onde ela quer ir, através da pesquisa realizada pelo Governo do Estado, do PDTU.

Além disso, foi feito, também, um levantamento de toda a infra-estrutura viária, cicloviária, hidroviária e sobre-trilhos. Foram, também, elaboradas diretrizes operacional, institucional e tecnológica. Portanto, com essa nova rede de transportes alocada, e com as contratações que a Prefeitura vem fazendo para a aquisição de um *software* chamado *Transcad*. O *staff* da Prefeitura hoje tem capacidade para poder analisar e priorizar todos os novos planos de transporte na relação custo-benefício. Agora, ou melhor, assim que nós contratarmos a aquisição do *Transcad*, nós teremos condições de avaliar que projeto tem o melhor impacto para a população.

Em relação às diretrizes, eu vou destacar, no que se refere ao que chamamos de potencial hidroviário. A Prefeitura está realizando estudos para a implantação de novas ligações hidroviárias, tanto para a Barra, já conseguimos uma coisa para a Ilha do Governador e estamos estudando outras ligações. O Prefeito está até pensando em alguma coisa para Paquetá, talvez com a criação de uma nova ligação. Nós estamos fazendo estudos para saber da viabilidade.

Agora, nós temos um grande problema para a implantação das novas ligações hidroviárias, que são os terminais. Todos os terminais hoje existentes, os da Praça XV, da Ilha do Governador (do Cocotá) e da Paquetá são de propriedade das concessionárias atuais dessas ligações. Então, para nós podermos implantar novas ligações, que vão concorrer com as ligações atuais, sempre nós vamos ter uma dificuldade com a permissão da utilização desses terminais para as novas ligações, porque os concessionários não vão ter interesse nisso. Então, nós estamos estudando como é que nós vamos fazer isso, seja através da criação de novos terminais ou por meio de uma negociação com os atuais concessionários.

Quanto à questão da redução da emissão de gases poluentes, sabe-se que só com a racionalização proposta com a criação da rede única de transportes, já vamos ter uma grande redução da emissão dos gases poluentes, porque vamos eliminar as concorrências e vamos fazer integrações dessas redes viárias modais, o que vai dar uma sinergia muito maior ao nosso sistema de transportes. Além disso, nesses projetos novos que estamos discutindo, tanto o T5 quanto o metrô sobre pneus, existe uma exigência para a utilização de veículos movidos à energia limpa: gás, biodiesel etc. Então, nós estamos exigindo isso para os novos projetos.

Em relação à facilitação da acessibilidade para os portadores de necessidades especiais, hoje a Secretaria já implantou um sistema com 47 ônibus já adaptados para o transporte de cadeirantes. Eles estão alocados em linhas de transporte que abrangem todo o Município do Rio de Janeiro. Além disso, estamos começando a estudar a possibilidade de pontos de ônibus que fazem o cruzamento de, pelo menos, duas linhas que já possuem esses ônibus adaptados para melhorar a integração e a acessibilidade dos cadeirantes. Também estamos inaugurando agora, até o final deste mês, uma cooperativa de táxi especial para transporte de cadeirantes.

Em relação a estimular o uso de bicicletas para transporte e lazer, a Prefeitura também está atuando neste segmento modal em função dos dados das pesquisas do PDTU. O PDTU identificou, hoje, no Município do Rio de Janeiro, 228 mil viagens de bicicleta/dia. Dessas 228 mil viagens, 11 mil fazem integração com outro modal de transporte. Então, nós queremos estimular o uso da bicicleta como transporte. Como a gente quer fazer isso? Criando bicicletários ao lado de pontos ou terminais de ônibus, objetivando a integração da bicicleta ao sistema de transporte, no sentido de estimular mais esse uso e aumentar essas 11 mil viagens de bicicleta. Esse número de 228 mil, que se refere a 2002 – não é a 2007 – já é maior que o número de

passageiros transportados pelo trem dentro do Município do Rio de Janeiro. Eu não estou levando em conta a Baixada nessa movimentação, mas, dentro do Município do Rio de Janeiro, o número de passageiros transportados por trem é menor que o de bicicleta.

Além disso, nós estamos prevendo a implantação de um aumento da nossa rede cicloviária. Hoje, ela tem 147 quilômetros e nós queremos elevar isso para 300 quilômetros. E essas novas ciclovias já terão como parâmetro as linhas de desejo identificadas pelo Plano Diretor de Transportes Urbanos.

Com isso, eu espero ter dado uma visão geral do que é no Plano Diretor Decenal em relação a transporte. O Plano Decenal trata de questões macro – nós não tratamos de um projeto específico – e, dentro dessa visão macro, eu tentei, com a minha explanação, esclarecer um pouco alguns pontos do que consta do Plano Diretor Decenal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Quero registrar as presenças do nobre Vereador Rogério Bittar; de Waldir Perez, Superintendente da Gestão da Agência Metropolitana de Transportes Urbanos; do Colégio Teresiano de Aplicação da PUC – Ensino Médio.

Com a palavra, o nobre Vereador Professor Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Senhor Presidente, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, até para ser coerente em relação às nossas Audiências Públicas, eu quero falar pouco, mas queria registrar o que a gente pensa sobre o tema. Eu estava conversando, aqui, com meu nobre amigo, Vereador Guaraná, sobre a questão que considero uma questão de saúde pública, essa questão do transporte e do trânsito no Rio de Janeiro.

Mas repito que quero ser breve, até porque estou muito feliz com o número de pessoas presentes. É motivo de orgulho para nós, desta Casa, ter uma presença assim, maciça. Quero registrar, com satisfação, que Guaratiba e Santa Teresa, aqui presentes, mostram essa participação e, também, uma mobilização desses lugares com uma questão tão séria como é o transporte.

Eu escrevi alguma coisa particular e alguma coisa que a minha equipe técnica montou, e eu queria, então, para resumir – repito – ler para os Senhores:

Falar em transporte é falar em trânsito. Falar em trânsito é falar em qualidade de vida. O trânsito, hoje, passou a ser uma questão de saúde pública da população. Só para os senhores terem uma idéia, quando eu saio daqui, por volta das 18 horas ou um pouco mais, chego à minha casa, em Jacarepaguá, por volta de 20h30min. São duas horas e meia, mais ou menos que levo para sair daqui e chegar à minha casa. Então, conversava eu com nobre Vereador Guaraná e S. Exa. concordava comigo. Isso é redução da qualidade de vida em todos os aspectos, e redução da produtividade. Se nós alinhássemos apenas as pessoas como sendo produção de capital, pensando como capitalista, as pessoas estão produzindo menos. Eu já não estaria pensando no lado social, o lado do lazer. Então, é uma questão seriíssima. Dizia eu, ainda, ao companheiro, que hoje acho a questão do transporte, do trânsito, uma questão mais séria, ou melhor, mais complicada que a questão da saúde, que a questão da educação. Assim como educação, saúde, emprego e habitação, esse tema deveria e deverá ser tratado de uma forma suprapartidária.

Eu gostaria que nós tivéssemos aqui, ao final desta Audiência Pública, algumas coisas concretas, e que não fossem levadas em consideração apenas a questão eleitoral.

É necessário um amplo estudo para regulamentar o trânsito dentro de um projeto a ser praticado a longo prazo – não ficar ao sabor de mudanças de Prefeito, de Secretários, mas uma coisa que tenha continuidade de, pelo menos, 20 anos.

Para colaborar, nossa equipe técnica levantou os seguintes questionamentos ao Substitutivo nº 3. Tentarei ler rápido:

(LENDO)

- a) Alterar integralmente o Art. 162, que fica prejudicado em função da elaboração pela Prefeitura do Plano Diretor Municipal de Transportes. Assim, seus artigos, tornaram-se absolutamente redundantes, já que estão contemplados no texto do referido Plano. Portanto, ajustar, e adequar o conteúdo do Plano de Transportes ao Plano Diretor que ora se discute é uma necessidade premente.
- b) Incluir no Art. 163, inciso I, a elaboração de projetos de viabilidade para o transporte urbano hidroviário.
- c) Incluir no Art. 163, inciso II, os instrumentos necessários à fiscalização da emissão de gases em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.
- d) Incluir no Art. 163, inciso III, a obrigatoriedade ao atendimento dos portadores de necessidades especiais.
- e) Incluir no Art. 163, inciso VI, os dispositivos de implantação de garagens subterrâneas, definindo, inclusive, em Lei Ordinária, os locais prioritários para sua construção.
- f) Incluir no Art. 163, inciso VIII, os critérios para a ampliação do sistema cicloviário, priorizando, inclusive, o Orçamento do município.
- g) Incluir no Art. 163, inciso IX, a obrigatoriedade de planejamento de trânsito local, nos pontos de distribuição de gás natural na Cidade do Rio de Janeiro.
- h) Incluir no Art. 164, mecanismos de análises e exigências das chamadas medidas mitigadoras.
- i) Incluir o Art. 165, pelo mesmo motivo da alteração do Art. 163, ou seja, a vigência do Plano Diretor Municipal de Transporte.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Desta forma, nós encerramos neste momento a nossa fala, colaborando, acredito, com as discussões do Plano Diretor. Nós gostaríamos, agora, muito mais de ouvir as pessoas e, no final, se for necessário, e se for oportuno, usar da palavra mais uma vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e a todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Registro a presença da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, na pessoa do Sr. David, Consultor.

Alguém mais da Mesa quer fazer uso da palavra?

Com a palavra, o Sr. Vereador S. Ferraz e, depois, a Sra. Vereadora Liliam Sá, Vice-Presidente.

O SR. VEREADOR S. FERRAZ – Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Transportes, Vereador Jorge Mauro, aos Vereadores presentes, a todos aqueles que compõem a Mesa e a todos os presentes por terem vindo a uma Audiência Pública tão importante, e, já há muito tempo nesta Casa, discutimos o transporte na Cidade do Rio de Janeiro. E as autoridades não têm dado importância ao transporte de uma cidade com a importância da Cidade do Rio de Janeiro. Estou vendo o pessoal de Santa Teresa reclamando da falta de transporte, e o bonde, que é o transporte tradicional desse bairro turístico, dele os Governos Estadual, Municipal e Federal não tomam conhecimento. Se não houver uma parceria e as pessoas não tirarem do papel suas idéias, não vai adiantar nada. Santa Teresa está lá, os bondes parados, e o governo fica na imaginação de ter recursos para mandar melhorar as condições daqueles bondes. Isso deveria ser feito automaticamente com o Orçamento do município ou do estado, para podermos ter um bom transporte. Numa ocasião, fui resolver um problema do transporte alternativo, que é o único transporte alternativo legalizado – o Subprefeito não queria mais que as kombis ficassem paradas, e isso criou uma série de problemas, e tive que intervir. Então, nós vemos coisas pequenas e escuto falar em ciclovias: só se for para nós morrermos, pois o desrespeito é muito grande. (PALMAS) Não adianta criar ciclovias sem antes educar a criança lá no jardim de infância para que, quando ela usar a bicicleta, já conheça todas as normas e leis. Temos que ensinar àquele que tira sua primeira carteira de motorista, também, para ele saber qual é o seu direito e o direito de quem está pedalandando uma bicicleta. É assim que é feito nos outros países que têm cultura. E nós temos visto que não há interesse dos Governos Estadual, Municipal ou Federal em trazer a educação para aquela juventude que está iniciando. Porque eu, hoje, não aprendo mais nada, já passei da idade, quem tem que aprender são as crianças que estão iniciando a vida, que estão pensando num país melhor. E nós, que chegamos à idade adulta, é que temos que preparar essas crianças.

Tenho uma reclamação a fazer sobre um fato. Sou contra, e vou sugerir à Comissão de Transportes e Trânsito desta Casa atitude a respeito: tenho visto absurdos no transporte alternativo! Não há fiscalização, e o governo, que tem que dar empregos, não emprega, porque o governo é um mero arrecadador de impostos. Eu recebo meu salário porque eu pago impostos também, como vocês. Se deixarmos de pagar impostos, os funcionários, os Vereadores, os Deputados, os Senadores, o Presidente da República não receberão mais salários. É preciso que o governo transfira com honestidade aquilo que se recebe para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Estou ao lado de uma pessoa, Márcio Queiroz, que várias vezes esteve aqui, nesta Casa, com projetos maravilhosos para a Cidade do Rio de Janeiro. Vivemos numa cidade, e não no interior! Acontecem coisas absurdas! Eu sou a favor do transporte alternativo, mas tem que haver regras, e não há regras, muito menos fiscalização! Eles sobem nas calçadas, têm pára-choques amarrados no teto. Há carros, como as Kombis, que não têm sequer condições de transportar a população. Não é possível o transporte numa Cidade como o Rio de Janeiro ainda contar com Kombis transportando passageiros! Peço, então, à Comissão de Transportes e Trânsito desta Casa que faça uma Lei proibindo o emplacamento de Kombis. Vamos buscar outro veículo que dê mais condições ao passageiro, um veículo mais robusto. Temos outro em uso, a Volkswagen, se quiser, transforma a Kombi em um carro alternativo.

(PALMAS)

Eu não admito assistir a um trocador de Kombi – transporte alternativo – viajar na mala, com a porta aberta, pulando por trás do veículo para abrir a porta, correndo o risco de atropelamento! Isso na Cidade do Rio de Janeiro! Não estamos pensando em fazer um Plano Diretor com esses absurdos do transporte que acontecem na Cidade do Rio de Janeiro.

Queiroz tinha um projeto excelente, mas não saiu, porque é técnico. Não adianta colocar um político para fazer isso, pois ele entende de política mas não entende de transporte. Tem que ser pessoa experiente, com visão de transporte, para que possamos fazer um Plano Diretor que atenda à Cidade do Rio de Janeiro. Imaginem a Barra da Tijuca daqui a cinco anos! vamos vir de bicicleta da Barra para o Centro da Cidade, numa ciclovia? vamos morrer no meio do caminho, ou vão roubar nossa bicicleta! Eu tenho que vir a pé porque roubaram minha bicicleta. Não dá para se pensar em Plano Diretor com essa bagunça de transportes que está na Cidade do Rio de Janeiro.

Acham que um empresário de ônibus vai gastar uma fortuna para colocar seus ônibus na rua e, porque matou um bandido, vão botar fogo no ônibus. Porque nós não temos segurança. Há 11 anos não mexemos num Plano Diretor, numa Cidade do Rio de Janeiro. E vejo vocês aqui. A grande sociedade não está preocupada, pelo que vejo, com isso. Não sabe a importância, ou não dá importância ao que é um Plano Diretor. Mas vocês, de Santa Teresa, e outros bairros que estão aqui, estão interessados em melhorar as condições de seus bairros. É preciso que nós nos unamos para podermos fazer um transporte de qualidade na Cidade do Rio de Janeiro. Melhorar o metrô, melhorar o trem, criar outros metrôs, melhorar a vida do cidadão que vive nesta cidade, com transporte de massa de qualidade. Do contrário, vamos continuar com tudo isso que está aí. Cada rua, hoje, em que vocês moram, tem uma linha de transporte alternativo, e você não pode reclamar. O cara pára na sua porta e você não pode reclamar, porque você tem até medo, porque não há uma fiscalização. O governo não contrata. A Prefeitura não contrata. Ela finge que contrata, mas não contrata. E é ela que tem que dar emprego a essa turma de jovens que está aí, desempregados. É necessário contratar pessoas para que possam fiscalizar. Isso é que é importante. A gente precisa mudar radicalmente o transporte da Cidade do Rio de Janeiro, mas não vai ser com transporte alternativo que vamos resolver os problemas. A cada dia que passa vemos um problema no transporte alternativo. E, quando há acidentes, as vítimas, vão bater onde? Vão processar quem? O Estado, o Município ou o Governo Federal? Aí, o cara diz: “Estou na Linha Amarela, então vou fazer no município; se estou na Linha Vermelha, vou fazer no federal”. Não é por esse caminho. A gente vê os nós que acontecem na ponte Rio-Niterói, porque não há uma diretriz, uma comunicação. Está-se num pedaço da ponte Rio-Niterói, e o comandante aqui liga e diz: “Socorre vocês aí, tira isso daqui”. Aí, o cara de lá diz: “Não, mas não está no meu pedaço, está no seu pedaço”. E aquela discussão, aquela polêmica que se cria dá aquele nó que aconteceu outro dia na Cidade do Rio de Janeiro. Porque não há uma parceria legal, uma parceria que possa funcionar de imediato. É por isso que vamos continuar a discutir, e não acredito que isso vai sair do papel.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Tem que falar no microfone: inscreva-se para, depois, você poder falar. Você já está inscrito? Então cada inscrito vai poder fazer uso da palavra, pois nós temos tempo. Estou à disposição de todos, e vão ser todos ouvidos. Só não se pode ter todos querendo falar ao mesmo tempo, senão as pessoas que estão inscritas não vão falar, e os Vereadores não saberão o que têm que defender, os Secretários que estão aqui, tampouco ouvirão as demandas. Então, conduziremos os trabalhos com ordem e com disciplina.

Com a palavra o nobre Vereador S. Ferraz.

O SR. VEREADOR S. FERRAZ – O Senhor me desculpe ter dado a palavra, desculpe-me a Presidência, também, mas o Senhor falou uma coisa certa: o poder paralelo está em todo lugar. Esse é o problema, por enquanto, do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro. Daqui a pouco esse poder paralelo vai estar no Brasil todo!

Encerrando, quero dizer que a gente precisa, na realidade, que a população venha aqui discutir os interesses da Cidade do Rio de Janeiro. É muito importante, agora que a gente está dando início ao Plano Diretor, mas é preciso que a sociedade e os representantes do Governo estejam juntos para que a gente possa fazer um Plano Diretor para esta cidade e que, pelo menos, daqui a 5 ou 6 anos nós voltemos a fazer um outro Plano para melhorar este, que não vai ser o melhor. Vamos deixar muita coisa ainda, com certeza, para fazer no próximo Plano Diretor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu queria pedir que nós, da Mesa – o exemplo vem da Casa – façamos uso da palavra rapidamente a fim de ouvir as pessoas que vieram para colocar as suas posições, as do seu bairro, da Cidade, para se ter uma noção dos problemas.

Com a palavra, a nobre Vereadora Liliam Sá.

Vereadora Silvia Pontes, quero dizer que também registrei a sua presença.

Peço que a Mesa faça sua explanação e as suas colocações rapidamente. Aqui está o Presidente e a Vice-presidente da Comissão de Transporte e o Presidente e Vice-presidente do Plano Diretor. A gente quer ouvir o pessoal que veio para fazer colocações. Seremos rigorosos com os dois minutos, tanto para a platéia, quanto para os Vereadores.

A SRA. VEREADORA LILIAM SÁ – Muito bom dia a todos. Vou ser breve em minha questão de ordem. Eu vim mais para ouvi-los, porque em todas as Audiências que são feitas nesta Casa, às vezes a Mesa toma o tempo dos participantes, das pessoas que vieram aqui para serem ouvidas.

(PALMAS)

Nobre Presidente desta Comissão, Vereador Jorge Mauro, eu gostaria de registrar a presença de todas as pessoas que assinaram, porque não acho justo não sair no DCM o nome das pessoas que vieram representar seus bairros. Vou ser breve, vou ler rapidamente para que o nome de vocês seja publicado no Diário desta Casa como legítimos representantes dos seus bairros, lutando por uma qualidade de vida melhor para o seu bairro.

Estão, estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Nobre Vereadora, o Presidente desta Mesa acredita que V. Exa. se precipitou nessa conclusão. Até porque todos que estão aqui vão fazer uso da palavra, vão fazer a sua colocação. Por exemplo, se V. Exa. for registrar a presença de quem vai falar nós teremos um sério problema. Mas, mesmo assim, como V. Exa. é Vereadora, e eu não casso a palavra de Vereador, até porque sou um democrata, V. Exa. pode fazer essa citação.

A SRA. VEREADORA LILIAM SÁ – Eu acho que as pes-soas que vieram aqui prestigiar o nosso evento, convocado pelo nobre Presidente, gostariam também de serem prestigiadas. Estão aqui:

(LENDO)

Letícia Pacheco Vasconcelos, da Cepag; Concy Costa Figueiredo; Yuri de Meneses, Cooper Rio da Prata; Jadir de Souza, Cooper Capi; Ivanildo Moreira da Costa, Cooper Pedra; Antonio José Furtado, Cooper Rio da Prata; Cristiano da Silva Oliveira, Cooper Rio da Prata; Valdenir Alves dos Santos, Cooper Rio da Prata; Cátia C. P. de Melo, Cepag; Nilson Pereira Pinto, Cepag; José do Carmo Roberto, Cepag; João de Tarso Palotino, Uerj; Aldemar Matias da Silva, Presidente do Sindicato das Cooperativas de Transportes Públicos do RJ; Carlos Alberto da Silva Pereira; Cleiton Nascimento dos Santos; Amanda Simões Saboya; Juliana Nunes; Maria Luiza; Luísa Abreu Genes; Guilherme Alves Côrtes Fonseca; Pedro Barreto Miranda; Mirian; Jordano Avelino de Oliveira, Cooper Capi; Paulo Ribeiro da Conceição, Cooper Rio da Prata; Paulo César C. dos Santos, Cooper Rio da Prata; Edimilson Guedes de Sousa, Cooper Capi; José Ricardo da Silva Ceilão; Giselda dos Santos, Associação de Assistência à Criança Surda; Luciano Silva; José Alexandre P. dos Santos, Sindtranrio – Coop. da Prata; Alfredo de O. Salles; Elisangela Marques da Silva, Coop. da Prata; Eliseu Antonio de Andrade; Marcos Vinicius José Monteiro; Marina Cardoso Loja da Silva, Colégio Teresiano – CAP/PUC; Luiza Sagrete Wanderley, Colégio Teresiano – CAP/PUC; Ian Calvet Marynower; Colégio Pedro II do Humaitá; João Arlindo Viana Rocha, Coop CAP; Charles Santos Dias, Rio da Prata; Estela Oliveira, Coop CAP; Ronaldo de Souza da Costa, Rio da Prata; Carlos Henrique Oliveira Paulino; Evandro Carlos S. de Oliveira, Coop CAP; Mônica Abreu Barbosa; Álvaro Moreira Filogônio Netto.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Olha só, Vereador Jorge Mauro, nós temos também o Paulo Oscar Saad, que está presente também, que é lá de Santa Teresa e entregou uma documentação para esta Mesa. Eu tive a oportunidade de trabalhar em Santa Teresa e fazer vários projetos, principalmente o Projeto Rio Cidade, e conheço muito bem as dificuldades de Santa Teresa.

Por outro lado, Guaratiba está com 110 mil habitantes e conta com apenas duas empresas de ônibus. Isso é um absurdo! O trabalhador sai de casa e não tem hora para voltar. Eu já morei em Bangu e acho que nada mudou, porque nós continuamos esperando a condução duas horas para chegar em casa. Isso é um absurdo!

(PALMAS)

Você sai cedo, às 5 horas da manhã, porque pega às 9 horas no Centro da Cidade, e às vezes chega atrasado no trabalho porque não tem condução.

Eu gostaria de aproveitar a presença do Coordenador de Projetos e Planejamento, Antônio Jofre. Ele falou sobre uma nova rede de transportes, mas não especificou como seria essa nova rede. Falou que teria novos estudos de ligação entre a Barra e Ilha, mas Guaratiba, Sepetiba e Campo Grande continuam com o mesmo problema.

(PALMAS)

Temos, nobre Presidente Jorge Mauro, que lutar contra os estacionamentos irregulares. Falta fiscalização. Hoje, uma matéria de O Globo fala sobre o ciclismo, que ninguém respeita o ciclista. Os motoristas de ônibus deveriam aprender a respeitar os ciclistas. Mas não só os ciclistas, como também os idosos, as pessoas deficientes. Eu acredito que uma reeducação no trânsito vai ajudar a muitos, que precisam desse sistema para chegar em casa. Nós temos também uma sinalização precária, altos índices de atropelamentos, porque as sinalizações não funcionam. Nós estamos aproveitando o Coordenador para falar disso. Ali em Copacabana há vários índices de mortes. Já pedi que verificassem aquele sinal da Nossa Senhora de Copacabana que fica em frente ao Centro Cultural, à Rua Fernando Mendes. As pessoas são atropeladas ali e morrem. Eu já pedi que trocassem.

Outra coisa, para esclarecer, quanto a Santa Teresa: eu gostaria de pedir a vocês que se reunissem com o Presidente Vereador Jorge Mauro, comigo, com a Vereadora Leila do Flamengo e com as outras Comissões também desta Casa, a Comissão de Turismo, a Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, com relação ao Plano Diretor. Não se limitem à questão dos transportes que é um grande transtorno para Santa Teresa, onde não há estacionamento. Nós sabemos da situação de Santa Teresa.

Então, nobre Vereador, eu só quis fazer essas colocações rápidas para que possamos aqui discutir e ouvir os participantes, mas sem deixar de fazer as nossas colocações. Somos Vereadores desta Casa, estamos aqui para ajudar vocês em relação à proposta do Plano Diretor.

Muito obrigada pela oportunidade.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Nós vamos nos ater aos 2 min, até porque eu recebo salário de vocês e posso ficar aqui até às 16 horas, mas os Secretários vão ter que partir.

Quero registrar a presença da nobre Vereadora Cristiane Brasil.

Com a palavra, o Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego do RJ – CET-Rio, Coronel Marcos Paes.

O SR. CORONEL MARCOS PAES – Ao nosso ilustre Vereador Jorge Mauro, Presidente da Comissão de Transportes e Trânsito, a todas as autoridades componentes da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes: quando se fala em educação, saúde, habitação e trabalho, tudo isso depende de uma coisa, a mobilidade, porque, para você ir a um hospital, tem que se locomover, para você ir ao trabalho, tem que se locomover, pra você sair da sua residência e voltar, tem que se locomover,

como também ir e vir da escola. Então, como originário da Segurança Pública, eu tenho certeza e afirmo que transportes e trânsito é um tema tão principal quanto a Segurança Pública, porque as pessoas dependem maciçamente deste ir e vir. E com isso é um tema que tem que ser tratado de uma forma bem diferente, altaneira, para que possamos dar às pessoas aqui residentes e às pessoas que visitam a Cidade do Rio de Janeiro mobilidade do transporte, do ir e vir. Com isso procuro deixar bem claro que proteger, promover e servir ao cidadão é fundamental para o Poder Público, é sua missão. Então, deixo aqui as minhas palavras, e, sempre sendo sincero, pretendo colaborar ao máximo com o que os senhores e senhoras aqui colocaram, em especial para o nosso Plano Diretor de Transportes da Cidade do Rio de Janeiro.

Um bom dia para todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, o representante do Clube de Engenharia, Sr. Márcio Queiroz.

O SR. MÁRCIO QUEIROZ – Senhor Presidente, Vereador Jorge Mauro, demais membros da Mesa, senhoras e senhores presentes, venho aqui como representante do Clube de Engenharia, uma organização de 127 anos, ali na Av. Rio Branco, quase esquina com Sete de Setembro, onde semanalmente se discutem questões, não só do nosso município, como também do estado e da união, de todo o Brasil, do ponto de vista da Engenharia.

Eu queria ressaltar aqui que a questão de transportes e trânsito tem muito a ver com o conhecimento da Engenharia e é por isso que nós temos uma Companhia de Engenharia de Tráfego. A infra-estrutura de transportes, as ruas, as avenidas, as estradas, o metrô, os trens, os veículos que circulam, são questões ou de Engenharia Civil ou de Engenharia Automotiva. De maneira que eu convidaria inclusive as comunidades que fossem dialogar conosco, nos organismos que nós temos, divididos em várias áreas, para discutir todos esses aspectos. Aqui nós estamos na Câmara Municipal, onde se discute de um ponto de vista político, de um ponto de vista de elaboração de Leis. E eu queria corroborar aqui o que disse o Vereador Prof. Célio Lupparelli, quando afirmou que transportes e trânsito é uma questão de Saúde Pública. Também devo lembrar o nosso Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego, que falou da importância de transporte e trânsito, que afeta todas as demais atividades da cidade. E eu quero acrescentar que trânsito e transporte é questão social e é a questão social mais abrangente. É mais abrangente do que a própria educação e saúde. Será que eu estou falando alguma aberração? Eu provo que não.

Quantos dos senhores aqui tiveram necessidade da Educação Pública ou da Saúde Pública na última semana? Talvez muito poucos. Mas do Transporte Público, hoje, todos fizeram uso. Se chegaram aqui, é porque vieram através de um meio de transporte de alta capacidade, de média ou de baixa capacidade, ou vieram de carro – eu, por exemplo, vim de Metrô. A maioria, talvez, tenha vindo de carro. O transporte é uma questão social e é a mais abrangente.

Em contrapartida, eu perguntaria, já que estou aqui na Câmara, aos Vereadores, qual é a participação da função transportes no Orçamento da nossa Prefeitura, ou até do nosso estado. Alguém sabe aqui qual é a participação de transporte e trânsito? Qual é o quinhão orçamentário que vai para essa função que afeta a todos nós?

Já que ninguém responde, eu respondo: menos de 2%. Geralmente estado e município colocam no Orçamento uma proposta de 2%. É muito pouco! Não tem nada a ver com a realidade das necessidades da população. Aqui na nossa Cidade do Rio de Janeiro, que já foi Estado da Guanabara, hoje toda a malha viária é função da Prefeitura. Hoje o Governo Federal só tem 6km da BR 101 depois de Santa Cruz até a divisa com Itaguaí. Só. O estado entregou até a sua Linha Vermelha. Há dois meses, a responsabilidade por todo o sistema viário do Município do Rio de Janeiro é da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E pensar nessa realidade de Orçamento inferior a 2%, inferior porque depois a realização orçamentária, ao longo do ano, acaba sendo menor, porque há verbas contingenciadas, etc e tal.

Perguntem ao nosso Coronel da CET-Rio quais as verbas que ele dispõe para o trânsito e para o transporte. Eu fui Secretário Municipal de Transportes de 1993 a 1996. Como técnico, com alguns argumentos, consegui no primeiro ano 2%, no segundo ano foi a 5%, depois chegou a 10%, depois caiu um pouco no último ano. Na média, foram 5% de participação da função de transportes. Vereador Jorge Mauro era da Comissão de Transportes e ajudou muito nisso. Foi por isso que se fez uma Linha Amarela. Foi por isso que se colocaram sinais na Avenida das Américas, onde morriam 300 por ano. No primeiro ano que se organizaram os sinais, esse número caiu para 17. É uma questão de vida! É uma questão de vida ou morte. De 300 mortes em um ano, passou para 17. Mérito do Prefeito Cesar Maia, que era Prefeito naquela época, que fez campanha, e a engenharia foi lá e respondeu em pouco tempo. A Linha Amarela também. Imaginem hoje a nossa cidade sem aquilo? O PAN sem a Linha Amarela construída?

Metrô, trem e mesmo os bondinhos de Santa Teresa estão com o estado – são responsabilidade do estado. Não é nesta Casa que temos que reclamar, mas a Câmara pode perfeitamente buscar o transporte de alta capacidade com mais recursos também. Temos que ir à União – e o nosso Governador está fazendo isso bem, está indo lá e o nosso Prefeito também, estão indo lá buscar recursos com a União. O Metrô do Rio de Janeiro, como o Metrô de São Paulo, precisa ter verbas federais. Com verbas estaduais e municipais apenas não vamos resolver. Precisamos do dinheiro federal para que tenhamos transporte de alta capacidade, principalmente no trecho do Estácio até o Largo da Carioca e a Linha 2 com seu sistema de segurança.

Fui, durante oito anos, membro do Conselho Administrativo do Metrô e eu sei perfeitamente o que ainda falta na Linha 2 para que ela tenha segurança, para que ela possa colocar maior número de carros e oferecer à população, cuja demanda é muito maior do que a oferta, para oferecer melhores serviços para a demanda que lá existe e que não é atendida.

Então, senhores, tudo isso de que se fala, tudo isso passa pela necessidade de aumentar as dotações orçamentárias da Prefeitura, do estado e que venham verbas federais também, pois, sem isso, não se consegue responder a essa função social, que é o transporte, que é o trânsito – são funções interligadas.

Eu teria muito mais coisas para falar, mas gostaria de convidá-los para ver a programação do Clube de Engenharia, 18 horas geralmente há palestras lá a cada 15 dias há reunião sobre transportes. Ficam todos convidados a procurar a programação do Clube de Engenharia, pois lá nós debatemos de um ponto de vista técnico.

Estou vendo aqui também que existe uma Comissão do Plano Diretor e gostaria de participar com os Vereadores para trazer algumas idéias para esta Comissão.

Muito obrigado pela oportunidade de participar.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Queria registrar a presença do nobre Vereador Dr. Carlos Eduardo.

Queria registrar também a presença do Jorge Luiz Alves, da Comissão de Transportes da Zona Oeste do Rio.

Eu vou começar a alternar, até porque aqui tem uma entrega de Medalha às 14 horas, o Cerimonial acabou de me dizer agora. Então, vou passar para o pessoal que está na platéia, e nós vamos ver se a gente consegue ouvir todo mundo.

Com a palavra, Osmir Pereira, representante do Fórum Comunitário de Capoeiras de Campo Grande.

Olha só, eu costumo dizer que não sou ditador, mas nós achamos que temos que cumprir os dois minutos para cada um, não é isso?

O SR. OSMIR PEREIRA – Antes de mais nada, bom dia para todos, e como tenho dois minutos...

O nosso primeiro projeto, como bem frisaram todos, é uma questão social. Lá está Guaratiba, é um projeto de criar o metrô de superfície de Santa Cruz à Barra da Tijuca, pois quando tiver pronto o metrô até a Barra da Tijuca, vai fechar o anel de transporte de passageiros sobre trilhos.

A segunda questão é criar mais uma linha de Deodoro a Matadouro, de trem. Depois eu dou por escrito, porque é gravíssimo.

O terceiro ponto é a questão da construção do viaduto na Estrada do Lameirão. A perimetral foi construída através de insumos que a CSN deixou de pagar e fez essa construção de ferro. Do lado desse Lameirão, tem a Companhia Brasileira de Solda Elétrica, que já tem *knowhow* sobre isso, que ajudou inclusive a fazer a ligação da Linha vermelha com a Ponte Rio-Niterói.

A outra questão é a expansão da Michelin. Quando a expansão da Michelin chegar, o problema vai intensificar. Quem é de Guaratiba sabe que, quando vão aquelas carretas, atrasa tudo, porque a Estrada do Mato Alto é uma estrada de mão dupla. Se duplicasse 2.500 metros até a Estrada do Monteiro, resolveria bem.

Outra questão é a duplicação da Estrada da Caroba. Se fez um novo viaduto em Campo Grande e não se fez o acesso. Hoje, o pessoal alegava que o administrador era da Feuc, que a Feuc não podia perder o estacionamento, por isso não se fazia a duplicação. Duplicar o novo viaduto de Campo Grande até a Estrada das Capoeiras não chega a 800 metros, e até hoje não foi feito. Hoje, o trânsito em Campo Grande é um caos completo, pior do que aqui no Centro da Cidade, na Avenida Rio Branco.

À questão de Guaratiba, esse metrô de superfície vai atender, e tem que fazer agora. Em segundo lugar, o Prof. Moacyr Bastos, que foi da Câmara Japonesa-Brasileira já falou que existe interesse do Japão em financiar isso.

Então, de maneira geral, eu acho que respeitei os dois minutos e agradeço a oportunidade. Às vezes, nós somos obrigados mais a escutar do que a falar.

(PALMAS)

Muito obrigado pela atenção. Passo às suas mãos as sugestões já escritas.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Se todos quiserem colocar suas sugestões por escrito aqui na Mesa, a gente vai poder registrar na Comissão. O Paulo está aqui para registrar. Com a palavra, a Sra. Angélica Ângelo, representante do Fórum Comunitário de Campo Grande. Peço aos nobres Vereadores Rogério Bittar, Cristiane Brasil e Silvia Pontes um pouco de paciência, porque eu vou ouvir primeiro uma parte do pessoal que chegou aqui, na frente dos Vereadores, e depois passarei novamente a palavra aos Vereadores.

(A Sra. Vereadora Cristiane Brasil fala fora do microfone)

Eu já alternei com os Vereadores, mas, agora, eu tenho que ouvir o pessoal que está aqui um pouquinho.

(Aplausos das galerias e da platéia)

A SRA. ANGÉLICA ÂNGELO – Uma boa tarde para vocês, Srs. Vereadores e público. Eu estou perdendo metade do dia de expediente do meu trabalho porque eu acho que é dever do cidadão, e fico muito entristecida quando uma Audiência começa com 50 minutos de atraso. Acho isso uma falta de respeito.

(Aplausos efusivos das galerias e da platéia)

Eu atravesso esta cidade todos os dias e venho trabalhar aqui no Centro. O bairro em que moro dispõe de uma única linha de ônibus chamada S15. Eu moro na área da cidade que, para os que não sabem, tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e não consigo pagar tarifa modal. Não consigo. Não existe ônibus que atenda de Santa Cruz ao centro por R\$ 2,00. Eu pago R\$ 4,00 todos os dias para vir ao Centro da Cidade.

(PALMAS)

Então, eu fico olhando... Já estive na Audiência Pública que aconteceu no Clube de Engenharia, na área de transportes, onde ouvi uma aberração, que é a proposta, por parte da cidade, de planejamento para os próximos 25 anos, quando sei que essa mesma cidade não consegue resolver os problemas do dia.

Fiz uso da Ouvidoria para fazer uma reclamação sobre um ônibus que deveria ter ar condicionado. Essa reclamação foi registrada em janeiro, mas até hoje não obtive resposta. Usei o meio legal, a Ouvidoria, e mandei-a com cópia para o Prefeito, pedindo-lhe “que me decepcionasse” e tomasse as providências. Sua Excelência não me decepcionou porque até hoje não tomou providência alguma, como, aliás, não o fez órgão algum. Escrevi, então, para o tribunal de Contas do Município e para o Ministério Público, para onde enviei reclamações. Houve lá um encaminhamento.

Da área da cidade em que moro vieram muitos Vereadores, embora hoje morem em outras áreas. Lá não existe abandono, mas omissão, desrespeito, uma atitude criminosa para com a população que mora lá. Então, acho bonita a oportunidade de se discutir a cidade, mas ela nunca incluiu a Zona Oeste.

O Plano Diretor é uma obra ficcional. Para que mora lá, é uma obra de ficção. Os senhores sabem disso. Todos os que estão aqui sabem que nada que está lá planejado vai acontecer. O que tem acontecido é o que nós temos visto e vivido.

Antes dos legisladores, antes dos empresários, antes de qualquer um aqui, vêm os cidadãos. Então, peço aos senhores que tenham decência, humanidade e piedade, que eu acho que é o último dos sentimentos humanos, para com a população que mora naquela região. Eu pediria que lançassem só um olhar para aquele povo.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Antes de eu passar a palavra à Sra. Elcinéa, eu gostaria de responder à Sra. Angélica Ângelo, dizendo que a Audiência só começou atrasada por meia hora, até porque teríamos de ter o Vereador Jorge Felipe, que é o relator do Plano Diretor, e S. Exa. não está aqui presente porque também está adoentado. E o Vereador Jairinho, que é o Presidente, também chegou um pouco atrasado por causa do engarrafamento. Sua Excelência também vem da Zona Oeste. Se o trânsito conseguir fluir bem, os Vereadores estarão aqui. Então, não nos atrasamos por querer.

Com a palavra a Sra. Elcinéa.

A SRA. ELCINÉA DALTRO CHAVES – Boa tarde a todos. Estou representando o Cepag – Centro de Estudos, Pesquisas e Ações de Guaratiba -, que foi criado dadas as nossas aflições regionais. Como disse a colega anteriormente, fomos esquecidos, de todo esquecidos. Não vou nem repetir todo o apelo que ela fez porque ela o fez muito bem, falando das nossas necessidades, da omissão de muitos dos candidatos que chegam lá, prometem, prometem, chegam aqui e fazem vistas grossas a todas as nossas reivindicações.

Guaratiba não tem transporte – podemos afirmar isso. E alguém falou do transporte alternativo. Somos contra o transporte alternativo, que nos dá uma vida completamente insegura. Você entra numa kombi e realmente fica inseguro. Mas muitas vezes – muitas e muitas e muitas – é ele, o transporte alternativo, que entra, porque o Estado, o Poder Público não entra. Então, o transporte alternativo entra por isso. E temos, realmente, de nos submeter àquela condução porque é a única que temos.

Temos aqui – e passaremos às mãos do Vereador Jorge Mauro – alternativas além do histórico do nosso Cepag. Elaboramos um plano que diz respeito... Porque muitos dos senhores falaram na dimensão maior e tal, mas temos a nossa vidinha particular. Temos a Ilha de Guaratiba, a Barra de Guaratiba, lindíssima, mas completamente abandonada. Como a Avenida das Américas passa por fora, é pela Ilha que o ônibus passa e deixa o pessoal da Estrada da Ilha completamente sem condução. Temos a Pedra de Guaratiba, de que todo mundo gosta, que é um recanto maravilhoso, mas ninguém – como a colega disse – consegue ir à cidade por R\$ 2,00. Temos conduções de R\$ 4,00 e de R\$ 7,50. Esse ônibus de R\$ 4,00 em determinada época do dia, leva duas, três horas para vir. O intervalo de um para outro é de duas, três horas.

(PALMAS)

Então, temos muitos problemas sérios. Como só tem os dois minutos, não quero me alongar. Infelizmente, só tem os dois minutos, mas eu gostaria realmente de reforçar este pedido: olhem por nós. Estamos lá, somos eleitores, somos inteligentes, estamos atentos, não somos bobos e queremos um transporte digno, que nos dê segurança. Queremos nossas crianças na escola, queremos estudar, nossos filhos querem fazer faculdade. Se você tiver uma prova com hora marcada, terá de sair duas horas antes de casa para ficar esperando, para poder chegar à faculdade.

Enfim, são muitos os problemas que nós temos, mas queremos acreditar que esse papel, esse plano que elaboramos com muito carinho, com muita atenção seja realmente levado a sério por toda a Mesa. E que nós sejamos, inclusive, convidados para esclarecer qualquer coisa, porque a coisa é tão doméstica que talvez não consigam entender. E estaremos sempre dispostos a vir aqui todas as vezes para esclarecer qualquer ponto.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, o Sr. Pedro Giorgio de Souza Rodrigues.

O SR. PEDRO GIORGIO DE SOUZA RODRIGUES – Bom dia a todos. Venho aqui não só como um representante da Zona Oeste, da região de Guaratiba, mas como um estudante, como um profissional, porque vivo na pele, desde 2003 a situação em que se encontra o transporte na região de Guaratiba. Eu estudava em Vila Isabel por não haver um colégio próximo. Saía às 5 horas da manhã e me submetia a ir preso numa porta de ônibus para poder ir à escola. Hoje, quero fazer uma faculdade e não posso. Sabem por quê? Porque não tenho condições de ir à faculdade – o transporte não me permite. Como foi levantado, com uma passagem modal de R\$ 2,00 – valor atual –, não tem trabalho no Centro da Cidade. A Rua do Passeio é tão perto daqui, e tenho de usar o endereço de uma outra pessoa para poder conseguir trabalho. Sabem por quê? Porque o patrão não dá duas passagens.

Então, acho que há necessidade de a região de Guaratiba, da Ilha de Guaratiba firmar um contrato, um acordo com as empresas – é principalmente essa a cobrança no tocante aos Vereadores –, até porque é uma situação que não vem de hoje. Cobramos há tempos a implantação de uma linha que saia de Campo Grande e passe pela Barra a R\$ 2,00, ou próximo à região de Guaratiba, dentro da região do Correa, fazendo essa ligação com o Passeio, com o Centro da Cidade.

Aqui ninguém nasceu dentro de um carro – todo mundo sabe que isso é difícil. Antes de nos locomover num carro, com ar condicionado, todos nós passamos por certas condições e sabemos que não mudaram. O transporte está cada vez pior, sem perspectiva de melhora. Hoje foi criado esse metrô na Barra. Ótimo para o Pan! E para você chegar até a Barra faz o quê? Espera 45 minutos. Que felicidade é essa? Que transtorno é esse? Que situação é essa que a população tem de viver para poder ir ao trabalho? Paga impostos e está ali presente todos os dias lutando, porque é uma luta, é uma batalha para que possamos ir trabalhar, estudar.

Sabemos que muitas vezes não adianta o passe livre. Para que passe livre sem ônibus, sem transporte? Adianta o quê? Hoje há uma briga quanto à extinção do passe livre levantou-se essa questão. Mas para que o passe livre, se não há ônibus?

(PALMAS) Para que uma estrutura-se se faz de tudo para fugir da real circunstância, que é a ausência de transporte?

Criam-se meios de interligação que funcionam. Em Buenos Aires, como prova disso, uma passagem custa 0,75 pesos, enquanto que a quantia de R\$ 0,75 é um absurdo para um país que nós, brasileiros, consideramos inferior. E a condição de transporte lá é muito melhor, tendo em vista que nos finais de semana há empresas e estações de metrô que não funcionam com bilheteiros; se você passa de graça, consegue se locomover. Interligam a cidade inteira. E o Rio de Janeiro, uma cidade conhecida mundialmente, tão maravilhosa, está tão destruída, tão esquecida.

Aproveitando a presença do Clube de Engenharia, com um representante aqui, a área perto da sede campestre, onde moro, é um desastre. Não é bem asfaltada, e uma parte não tem acostamento. Você não consegue andar na ciclovia muito bem. Uma pergunta: onde está o acostamento, a segurança de que a população necessita para andar? Para você ir ao mercado, tem de sair do carro e entrar no meio do mato.

Então, é uma situação que eu coloco como objeto de reflexão, principalmente aos Vereadores, que estão aqui e podem fazer alguma coisa. Mas tem sido esquecida, relegada ao passado uma região que tem tanta história. O povo perde cultura, e o restante da cidade não a conhece, assim como a região de Guaratiba não conhece a cidade porque não pode sair. Fala-se tanto de cultura, há tantos projetos a R\$ 1,00, mas como a população vai ao teatro se não tem transporte para voltar para casa?

É isso que eu deixo para a reflexão de V. Exas.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Enquanto Kenzo Soares, do Grêmio Estudantil do Colégio Pedro II do Humaitá, se dirige à tribuna, eu gostaria de dizer ao pessoal de Guaratiba que vamos marcar uma reunião com a Comissão de Transportes e Trânsito para tratar desse assunto.

Com a palavra, o Sr. Kenzo Soares. Como não se encontra presente, com a palavra, o Sr. Luiz Kutwak, da Amor – Associação de Moradores do Recreio dos Bandeirantes.

O SR. LUIZ KUTWAK – Boa tarde a todos. Fiz pequenas anotações – não trouxe nada escrito.

Eu gostaria de elogiar pela primeira vez a publicação em jornal da convocação das Audiências Públicas, que são públicas, mas não eram divulgadas, o que dá oportunidade de participação à coletividade, a todos os cidadãos que quiserem comparecer às Audiências. Então, primeiramente, cumprimento os Srs. Vereadores pela publicação no Jornal O Globo.

Da mesma forma, por ironia, quero comentar que cheguei às 10 horas, à hora marcada. Saí do Recreio às 8 horas; o nobre Vereador, que conhece a região, também poderia ter saído às 8 horas, chegou às 10h50min, e disse que nos passaria a palavra. Falaram todos de 10h50min às 12h10min, por uma hora e vinte. Não atrasaram só meia hora, mas cinquenta minutos e usaram da palavra uma hora e vinte minutos, enquanto nos dão dois minutos, quando disseram que iam nos ouvir.

(PALMAS)

Aliás, eu gostaria de dizer aos nobres Vereadores que têm o ano todo para fazer política, mas hoje é dia para ouvir os cidadãos a respeito do assunto que foi tratado. (PALMAS). Anotei a agenda que foi publicada e vou comparecer a todas as reuniões, batendo-me pela defesa dos direitos dos cidadãos no sentido amplo, no sentido “erga omnes”, impessoal.

Então, um assunto que eu achava que deveria constar do Plano Diretor é a planilha de custos, quando se arbitram os preços das passagens de ônibus da Cidade do Rio de Janeiro. Até hoje, não temos conhecimento de como é feita essa planilha. Agora mesmo foi considerada inconstitucional uma Lei de transporte gratuito para idoso, deficiente e estudante, sob a argumentação de que não há fonte de custeio, que a Constituição exige. O Prefeito diz, em contrapartida, que essa fonte de custeio existe, senão a passagem modal, que é de R\$ 2,00, deveria custar R\$ 1,00 somente. Então, o povo não sabe como é feita essa planilha. A Fetranspor, a Rio Ônibus e a Câmara devem fazer essa publicação para o povo saber como é fixada a planilha. Da mesma forma, o povo não sabe quem ganha a licitação. As licitações são feitas e as concessões são dadas a cada 10 anos. Duvido que algum Vereador saiba qual foi a última licitação de linha feita na cidade. Se alguém souber, poderá me dizer. Com relação a linhas...

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Vou passar a palavra para o nobre Vereador Rubens Andrade, que lhe quer responder.

O SR. LUIZ KUTWAK – Pois não.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Atendendo ao representante da Associação de Moradores do Recreio, acho salutar a discussão. Vocês precisam saber o que os Vereadores pensam.

Segundo a única informação que tenho do que foi licitado, a Feital está em briga na Justiça há tempos, porque infelizmente houve prorrogação. A que foi licitada ganhou e está na Justiça, porque a Fetranspor não aceita e por outros motivos.

O senhor diz que é determinação da Câmara? Não é, não. Isso é feito pelo Poder Executivo. A Prefeitura vai lá e arbitra o preço da passagem e a composição. É importante esclarecer isso, porque senão o senhor generaliza e complica a situação.

O SR. LUIZ KUTWAK – Os Vereadores...

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Não estamos nos eximindo. Concordo com o senhor que isso deveria ser publicado e tudo o mais, mas é da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a responsabilidade quanto a essa composição de preços e de aumentos. Só para esclarecer, infelizmente, as linhas foram prorrogadas, assim como foram implantadas no Rio de Janeiro sem licitação há décadas.

O SR. LUIZ KUTWAK – Obrigado pela sua informação, mas quero apenas reiterar que os Vereadores são representantes do povo e que cabe a V. Exas. cobrar também – se cabe à Prefeitura – como representantes do povo, cobrar!

(PALMAS)

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Tenha certeza de que estamos cobrando...

O SR. LUIZ KUTWAK – Obrigado, Vereador! V. Exa. já falou; permita que eu conclua.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Mas o senhor falou em democracia e tem uma atitude autoritária... Estou esclarecendo. O senhor perguntou e eu esclareço.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Por gentileza, não vamos travar uma discussão. Rubinho, faculto o direito à palavra ao Sr. Luiz Kutwak.

O SR. LUIZ KUTWAK – Obrigado, Presidente.

Por fim, quero solicitar que haja, realmente, maior fiscalização no sentido de que não prevaleça na nossa cidade a Lei de Gerson, por meio da qual as pessoas só querem tirar vantagem. Se existe, hoje, o transporte alternativo, é por deficiência do transporte modal comum (PALMAS). No momento em que o transporte alternativo é necessário e, como dizem meus colegas, tem de existir, ele tem de ser regularizado pelo Município e pelo Estado. O poder de legislar sobre o transporte urbano cabe ao Município, de acordo com o art. 30 da Constituição Federal, o que não quer dizer que ele, ao implantar qualquer legislação, venha a ferir um direito consubstanciado na Constituição, no Art. 230, § 2º, que dá direito aos idosos – e disso vou falar no dia da Audiência dos idosos... Aliás, nem aos idosos, porque hoje, pela Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, que considera idoso a pessoa com mais de 60 anos, o Município pode legislar, sim, quanto à concessão do transporte para os maiores de 60, até 64 anos e 11 meses. Para os maiores de 65 anos, ele tem de obedecer à Constituição Federal, Art. 230, § 2º, que expressamente diz: “Aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos”. Norma efetiva – sem necessidade de regulamentação. Então, isso eu vou comentar no dia 26, na Uerj. Tenho muita coisa para falar sobre os idosos, entre os quais me incluo, hoje com 71 anos.

Quero, então, concluindo, mais uma vez cumprimentar os Vereadores quanto a isso e solicitar que, nas próximas Audiências, até em respeito àqueles que aqui vêm, façam o possível para comparecer no horário. Eu, por exemplo, estarei presente na hora marcada.

Muito obrigado a todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Respondendo ao Sr. Luiz da Associação de Moradores do Recreio, esclareço que esteve aqui o representante do transporte alternativo, Dema, na Audiência que presidi, da Comissão de Transportes e Trânsito. Cheguei no horário, e presidimos com o Secretário. Essa Audiência que estamos marcando aqui seria uma Audiência que a Comissão de Transportes convoca para que a Comissão Especial conduza.

Então, vim aqui, e estou conduzindo os trabalhos porque os Vereadores ainda não chegaram. Ao mesmo tempo, sou solidário com o Vereador Dr. Jairinho, que mora também numa área complicada. Quem vem da Zona Oeste sabe que o trânsito está

difícil. Não podemos... Temos de ter agilidade, mas quem fala também escuta. Ele disse que os Vereadores da Câmara... Eu, por exemplo, estou no meu quarto mandato. Respeitamos o cidadão e gostamos de ser respeitados também.

Com a palavra, o Sr. Roberto Luis Monteiro Barbosa.

O SR. ROBERTO LUIS MONTEIRO BARBOSA – Senhor Presidente, Exmos. Srs. Vereadores, vou tentar não ser redundante, até porque meus companheiros da Região da Guaratiba já expuseram muito o que temos de problema na região. Como a nobre Vereadora colocou, V.Exas. têm ciência do que acontece lá. Então, um dos poucos grifos meus, eu gostaria de fazê-lo rapidamente, porque o trouxe pronto. Todos nós sabemos que somos uma região carente, em todos os sentidos, e que a situação do transporte ultrapassou o limite caótico, tendo chegado ao ponto do inaceitável. Então, um grifo meu: a população de Guaratiba, hoje, é de cidadãos que encontram-se sem a possibilidade de concorrer à oferta de bens e serviços, concorrer no mercado de trabalho, tremendamente disputado, ao acesso ao ensino público, principalmente à universidade pública, porque não há como chegar, por exemplo, à UFRJ, à Uerj. Não há ligação. Então, se a gente já tem lá uma enorme carência nesse sentido, o transporte só vem a piorar. Isso causa a mim, principalmente, uma preocupação muito grande com o futuro dos nossos jovens. Se já temos uma população, hoje, excluída pela falta de transporte, se esse quadro não for revertido agora, o que será daqui a 20 anos? Fiz um grifo que acho que é um pouco chato de se tocar, mas o que acontece? Nossa população está excluída pela falta de transporte, mas fazemos parte do Município do Rio de Janeiro. Nós fazemos parte da Cidade do Rio de Janeiro. E a arrecadação dos impostos da nossa região é utilizada para o desenvolvimento da cidade como um todo. E o que esperamos é o retorno dos nossos impostos em benefícios da nossa região. E vemos que está esquecida.

O transporte público é o ponto mais crítico para nossa vida, justamente porque nos exclui do convívio, como já foi colocado, com a cultura, com o emprego, com a saúde, com tudo. Estamos no Rio de Janeiro, somos Rio de Janeiro, mas estamos excluídos do Rio de Janeiro. Fico feliz pelas palavras do Sr. Presidente acerca desse compromisso, dessa futura reunião para tratar desse problema, que acho que será bastante proveitosa – esperamos que seja. Deixei aqui uma observação. Custo a acreditar que o que pode parecer ter surgido da ganância de uns poucos empresários e da falta de interesse, do descaso daqueles que os antecederam na administração da cidade, vai impedir que a nossa região consiga atingir o crescimento tão desejado, tão esperado. Até porque, no meu entendimento, não se faz projetos maravilhosos, como os que foram apresentados pelos senhores hoje, sem verba. E verba precisa de arrecadação. Se não crescermos, se não desenvolvermos nossa economia e não pudermos levar nosso cidadão até a oportunidade de emprego, e também facilitar aqueles que querem e tentam, desesperadamente, criar oportunidades de negócio em nossa região, gerando arrecadação, eu, sinceramente, não entendo como o mínimo projeto pode sair do papel, porque não havendo arrecadação, não há verba e se não há verba não há como se concretizar uma obra.

Gostaria de encerrar com o seguinte: acredito que V.Exas., certamente imbuídos do espírito público e movidos por sua sensibilidade, inteligência e capacidade administrativa, saberão aproveitar a oportunidade para mudar, para abrir concorrências, concessões, fazer o que for necessário para modificar essa situação dos transportes na Região de Guaratiba. Contamos com isso, inclusive pela posição

que já nos foi passada. Até porque, como também já foi colocado, V.Exas. foram democraticamente eleitos pelo nosso voto.

Contamos e precisamos do seu apoio. Precisamos essencialmente neste momento, porque projetos espetaculares como os que foram apresentados são de longo prazo. A construção de túneis, pontes, ciclovias, hidrovias, enfim, quaisquer tipos de via, vai demorar muito tempo, e a nossa necessidade é para ontem. Nós não temos nada. Precisamos de alguma coisa.

Muito obrigado

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Quero deixar registrado para o pessoal de Guaratiba que vamos marcar essa Audiência e, se possível, uma reunião com algum representante diretamente com o Prefeito, para a gente poder ver o que se pode fazer de emergência para resolver esse problema de Guaratiba.

Eu queria registrar a presença da Vereadora Pastora Márcia Teixeira aqui na Casa.

Com a palavra, Aldemar Matias da Silva, Presidente do Sindicato de Cooperativas de Transporte Público do Rio de Janeiro.

O SR. ALDEMAR MATIAS DA SILVA – Boa tarde, Srs. Vereadores. Agradeço, inclusive, a paciência dos Srs. Vereadores por estarem nos ouvindo, já que quase sempre que nós viemos aqui é para ouvir os Vereadores.

Vereador Jorge Mauro, em menos de 15 dias já é a segunda vez que me pronuncio aqui nesta Casa e tenho a grata satisfação de sempre encontrar alguns amigos aqui, como o Vereador Rubinho, com quem eu tive o grato prazer de militar politicamente, na década de 80, na Zona Oeste, em partidos diferentes, mas militando, já naquele momento discutindo as questões de transporte, saúde, educação. O Vereador Rubinho é um Vereador aguerrido. E também o Vereador Rogério Bittar, a quem já expressei o sentimento fraterno pelo profundo conhecimento dos problemas.

Hoje, porém, essa Audiência Pública é uma Audiência diferente da que aconteceu na Audiência Pública do dia 29, onde se discutira a questão do PAN, e nós tivemos a grata surpresa de ter a presença do Secretário de Transportes, Arolde de Oliveira, e também do Subsecretário Dalny. Sobre aquela Audiência, para informar aos meus companheiros que estiveram aqui presentes da vez passada, o Secretário ligou-me na terça-feira, marcando uma reunião já com o grupo de trabalho, que está para ser publicado, para que a gente possa levar adiante a discussão sobre a Licitação do Transporte Especial Complementar.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de dizer ao Vereador S. Ferraz que nós somos regulamentados, Vereador. A Lei nº 3.360, votada pelo Plenário desta Casa, nos regulamentou. É um grande equívoco – eu tenho insistido nessa questão – quando as autoridades se pronunciam e dizem: “Nós precisamos regulamentar o sistema de transporte alternativo”. Não precisa regulamentar o sistema de transporte alternativo, Vereador. Ele já foi votado nesta Casa. É um sistema votado e que existe na Cidade do Rio de Janeiro através da Lei, desde 2002. Da mesma forma, temos um código disciplinar que somos obrigados a seguir. Então, para V.Exa. ter o entendimento, o sistema de “cabritinhos” que leva e traz do morro, onde é mais difícil o acesso para as comunidades, tem peculiaridades que nós também estamos querendo discutir, do ponto de vista do interesse e da cidadania. Por exemplo não tem como subir lá na

Rocinha, lá em cima no Laboriaux, não tem como subir com uma kombi 2000. Tem que ser uma Kombi mais antiga. Detalhe: essa kombi, inclusive, não pode ter tanque de gás, porque senão ela não consegue ter força para ir até lá em cima. Então, ela tem que rodar na gasolina. É uma peculiaridade.

Evidentemente que quem pensa uma cidade do ponto de vista do ônibus não vai pensar uma cidade do ponto de vista do morro, porque nós pensamos o plano. Agora, o sistema de cabritinho funciona de forma diferente. Com relação ao fato de estar caindo eventualmente pára-choque, a porta não estar funcionando, nós temos tido e temos buscado conversar com as autoridades, no sentido de que possamos, inclusive, trocar a nossa frota. Tem sido um pleito nosso, e já conversamos com os técnicos aqui da Secretaria, que a gente possa trocar essa frota. Porque a proposta que está sendo construída, que foi colocada aqui, inclusive, ela aponta os sistemas, aponta os alimentadores, e nos alimentadores diz o seguinte: vocês vão operar com van o resto da sua vida, o que nós entendemos que não é correto, porque não traz benefício para a população. Aí a Comunidade de Guaratiba, por exemplo, nós poderíamos estar atendendo com microônibus, fazendo alimentação do trem. Seria muito bom para os moradores de Guaratiba, mas é insistente o domínio das empresas de ônibus, que, ao longo dos últimos 50 anos na Cidade do Rio de Janeiro, têm feito com que a população passe pelas dificuldades que passa.

Nós não surgimos fruto de alguém que acordou de manhã e disse o seguinte: eu vou botar uma linha para rodar e vou arrumar um dinheirinho. Não, nós somos fruto de um sistema decadente, falho, onde as autoridades durante muitos anos deixaram de lado a necessidade da população de ter um transporte de boa qualidade, de não ter que passar duas horas dentro de uma condução, como eu já passei, vindo de Bangu para o Centro da Cidade, quando trabalhava nesta Casa. Eu trabalhei aqui durante 12 anos, e, todo dia, vir e voltar para casa era para mim uma dificuldade muito grande, um estresse. O Vereador falou, por exemplo, e não vou me ater só à sua fala, o Vereador falou com relação à questão do pára-choque que está caindo. Eu o convido, convido V. Exa. e qualquer outro Vereador aqui presente a pegar um ônibus às 10 horas da manhã em Bangu, em Campo Grande, em Santa Cruz, e vir até o Centro da Cidade. Quando descer aqui, na Rio Branco, eu quero que V.Exa. me diga como vai estar o seu estado de nervo. Porque se externamente eles não estão amassados, internamente eles estão um lixo. (PALMAS) Parafusos soltos, bancos soltos, assento solto; então, não é uma debilidade do sistema do transporte alternativo. Da mesma forma como a questão não é fiscalizar o transporte alternativo, tem que ter fiscal para todos os modais. Para todos os modais tem que ter fiscal.

(PALMAS)

Nós pagamos para fazer a nossa vistoria anual, e é uma vistoria rígida, uma vistoria dura, onde os operadores têm que estar com tudo muito bonitinho. Em compensação, constantemente, nós vemos nos jornais placas de ônibus clonados. Não tem nem 15 dias, “O Globo” publicou uma matéria nesse sentido, de ônibus clonados, não vistoriados, com selo de vistoria vencido. Então, eu acho que discutir a questão do transporte é discutir no sentido do que interessa para a sociedade. Nós atendemos com todas as dificuldades, com a kombi caindo pára-choques, nós atendemos as comunidades do Cesarão, da Rocinha, de Guaratiba. Nós atendemos as comunidades 24 horas por dia.

(PALMAS)

É uma pena que a kombi do meu amigo Valdir tem trancado a porta de correr. Ele gostaria muito de ter um microônibus ou de poder investir R\$ 120 mil numa van. Eu acredito que é o momento desta Casa discutir, não pensando num único modal, mas discutir pensando a cidade, como ela mesmo fala, daqui a 20, 30 anos. E daqui a 20 ou 30 anos, nós vamos continuar com o quê? Com as vans asiáticas, com as kias, com esse tipo de utilitário que polui, já que nós estamos falando agora? O momento principal é esse para nós discutirmos. A frota de kombis da Cidade do Rio de Janeiro é toda movida a gás natural. Então, eu acho que nós já estamos num patamar ecológico bastante razoável, já podemos começar com essa vantagem. A frota de ônibus é toda a diesel e polui a Cidade do Rio de Janeiro, eleva o grau de poluição lá para cima. E o que me propõe a discussão da Secretaria é dizer o seguinte: “Vamos ter micros e vans alimentando”. Então, nós vamos continuar queimando diesel, vamos continuar arrebatando com a camada de ozônio, vamos continuar trazendo problemas para uma cidade como a Cidade do Rio de Janeiro.

Eu gostaria que nós tratássemos essa discussão do ponto de vista do que interessa para a cidadania, do que interessa para os operadores, para que nós possamos ter um sistema de transporte na Cidade do Rio de Janeiro que não seja voltado só e apenas para um único modal, porque a proposta que está colocada é uma proposta que atende a um único modal. Tudo bem, eu acho correto não ter transporte no Centro da Cidade, eu acho a idéia do bonde fantástica. Devemos retomar o bonde no Centro da Cidade. Agora, tem que valer para todo mundo. Nós temos espaços fora do Centro da Cidade para deixar a frota de transporte e o Centro da Cidade não ficar do jeito que está. Agora, não dá para nós ouvirmos também, como nós ouvimos há 15 dias, Vereador Jorge Mauro, que no PAN vai ser estimulado o transporte individual. Porque, novamente, é colocar a questão de transformar o indivíduo em função do coletivo. Então, vai valer o individual. Eu vou sair de casa, vou tirar o meu fusca 73 da garagem, que emite gases poluentes para tudo quanto é lado, mesmo sendo com gás, em vez de pegar uma van em Bangu que esteja cadastrada e regulamentada dentro de todos os critérios técnicos colocados para fazer o atendimento durante o PAN, e ir assistir ao PAN na Barra da Tijuca. Então, essas contradições expõem uma lógica de pensamento que não é boa para a cidade, Vereador S. Ferraz. Não é boa porque pensa o indivíduo, não pensa o coletivo.

A outra coisa é a questão da integração. A integração tem que se dar de tal maneira que todo o sistema esteja integrado, inclusive acabando com o usuário de segunda categoria, que é aquele usuário que não tem direito ao bilhete eletrônico. O Rio de Janeiro está cometendo um crime, Professor Osmir, um crime. A Rio Ônibus, a Fetranspor comete um crime quando vocês têm na Cidade do Rio de Janeiro dois tipos de usuários. Um que tem o bilhete eletrônico, e o outro que tem que pagar em dinheiro toda vez que precisa usar o sistema de transporte porque não está cadastrado. E o Poder Público se omite desta discussão. Nós temos pleiteado a integração no sistema dos operadores que estão regulamentados e não temos conseguido. O poder econômico é muito forte nesta cidade, do ponto de vista das empresas de ônibus, e tem levado uma boa parte do cidadão carioca, pelo menos 1,6 milhão de cariocas que nós transportamos todos os dias, a ficarem fora do sistema de bilhetagem eletrônica, porque a Fetranspor junto com a Rio Ônibus determinaram que não vai ter integração enquanto não tiver Licitação. Pois bem, nós aceitamos a regra do jogo e estamos há

três anos pedindo para fazer Licitação para o sistema, e não é feita. Três anos. Nós aceitamos a Licitação, nós não estamos fugindo da Licitação não, Vereador. Em todas as manifestações nossas, a nossa palavra de ordem tem sido de Licitação. Então, que seja incluída nesta discussão, Vereador Jorge Mauro, a questão da Licitação como um princípio para todo o sistema, não com articulações feitas dentro da Câmara de Vereadores para alterar a Lei Orgânica, para alterar a Legislação, para dar direito até 2010, 2012, 2014 ou 2025. Nós não podemos pensar a cidade desse jeito.

Não vou entrar aqui numa discussão que é muito comum, e acho que é correto que as comunidades cobrem dos Vereadores que foram votados, porque faz parte do processo e do jogo. Quero que entendamos aqui que a cidade não pode continuar tendo cidadãos de duas categorias. Ainda por cima cria um outro problema. O cidadão que sai às 10h aqui do centro e fica na Central do Brasil esperando uma condução, se ele tiver um vale, o cartão eletrônico, não pode pegar a van regulamentada que vai para Santa Cruz. Sabem por quê? Por um único motivo: porque o Executivo não integrou o sistema de bilhetagem. Ele tem que meter a mão no bolso e pagar de novo para ir para Santa Cruz. (PALMAS) É um absurdo. Esse cidadão paga duas vezes: a primeira vez, quando paga o vale eletrônico; depois, como não tem sistema de transporte à noite, quem garante a mobilidade desta cidade, Vereador S. Ferraz, é o transporte complementar – 10 horas da noite, 11 horas, meia-noite, 2 horas da manhã e, às 5 horas da manhã, está todo mundo na pista de novo. Eu gostaria de ver a Câmara Municipal se posicionando quanto a isso, Vereador Jorge Mauro.

Para concluir mesmo a minha fala, acho que a integração tem que se dar de uma forma que atenda a todas as necessidades da sociedade e dos operadores, do sistema de transportes como um todo, não os interesses da Rio Ônibus, da Fetranspor, que mandam nesta cidade do ponto de vista dos transportes. Não é nenhum absurdo para ninguém. A minha neta tem cinco anos e sabe disso, ela vê o jornal. Quero reforçar uma outra coisa: a Licitação como princípio, e não como tapa-buracos, para todo o sistema. A Lei 8.666 é clara na questão da Licitação – serviço público tem que ser licitado. O que nós prestamos, o que as empresas de ônibus prestam são serviços públicos sob regime de concessão, e têm que ser licitados. Quero sair dessa lógica maluca de que sou marginal, de que o Paulinho é bandido, de que o João é bandido, de que os trabalhadores do sistema de transporte alternativo são bandidos. Não agüento mais autoridades falando esse tipo de coisa o tempo inteiro. Que o Poder Público, com o seu poder, regulamente isso. Publique amanhã um Decreto dizendo que as regras do jogo são essas, vão ser licitadas tantas vagas – não consigo ver dificuldade nisso.

São Paulo, que é muito maior do que a Cidade do Rio de Janeiro, fez para todo o sistema. Belo Horizonte fez, Pernambuco fez. Por que o Rio de Janeiro não faz? Eu gostaria que um representante das empresas de ônibus estivesse aqui hoje e viesse falar sobre esse assunto: por que não querem Licitação? Por que querem continuar sob regime de concessão provisória? Por que colocam a gente contra a parede? Simples: nós passamos a distribuir renda nesta cidade. O Gato Mole tem o carro dele, tem a casa dele e trabalha no sistema há 10 anos. Estaria desempregado se não fosse o sistema. É cidadão, tem filho na escola e é chamado de bandido. O Sr. Correia é chamado de bandido, o Sr. Paulo é chamado de bandido. Está na hora de dar um basta nessa situação.

Eu espero, de muito bom grado, que na reunião de quinta-feira com o Secretário e sua equipe possamos avançar não só nas questões referentes à Licitação do nosso sistema, mas também na discussão da integração da cidadania. Nós queremos transportar essas pessoas que são de segunda categoria com bilhete, com um vale; autorizem o nosso – vamos investir da mesma forma que a Rio Ônibus investiu – ou integrem o nosso à eles. Vamos pagar para eles o que quiserem para podermos trabalhar. Não estamos fugindo da legalidade, muito pelo contrário. Lotamos esta Casa por várias vezes para pedir a legalidade, Srs. Vereadores. Quem vem pedir legalidade não pode ser tachado de bandido.

Somos regulamentados. A Lei 3.360/2000 regulamenta o Sistema Especial de Transporte Complementar na Cidade do Rio de Janeiro. O que nós queremos agora é uma Licitação para todo o sistema de transporte.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu queria falar para o pessoal de Santa Teresa, que também está aqui, que nós vamos fazer a mesma coisa que nós estamos fazendo em Guaratiba: marcar uma reunião para poder discutir com vocês o problema que vocês têm. Vai ser marcado, o Paulo vai ligar, basta qualquer representante deixar logo o telefone aqui.

Agora, os Vereadores que estão nesta Casa têm que assumir uma postura. Vêm aqui pedir para o pessoal falar e, ao mesmo tempo, ficam no ouvido do Presidente pedindo para falar. Definam o que querem. Ou assistem à população falar, ou pedem para falar. Não vão fazer média comigo. Querem falar ou querem ouvir o pessoal falar?

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Os dois? Então, assumam, cada um, o arco da responsabilidade.

Com a palavra, a Vereadora Silvia Pontes.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Boa tarde a todos. Quando a gente chama de Audiência Pública, é uma Audiência para haver participação; agora, eu acho um absurdo um Presidente da CET-Rio vir aqui e, com uma platéia tão cheia de pessoas que querem ouvir e falar, ter dois, três minutos. Eu achei fantástico, agora, o companheiro que falou aqui anteriormente, que teve a oportunidade de estar...

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Vossa Excelência achou fantástico mas estava reclamando do minuto que ele estava usando.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Eu acho o seguinte: Audiência Pública, então, deveríamos fazer numa segunda-feira o dia inteiro. Quantas pessoas gostariam de estar falando aqui?

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu estou à sua disposição.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – E nem quero que conte nos meus dois minutos, não. Primeiro, quero parabenizar Guaratiba e Santa Teresa...

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Deixa eu falar para V. Exa. Só vou falar que os Vereadores têm dois minutos, para eu poder ouvir o representante; fora disso, eu vou cortar a palavra.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Sim, mas eles também não têm que ter dois minutos, não.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Vou cortar a palavra quando passar de dois minutos.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Olha, Sr. Presidente, a CET-Rio esteve aqui presente, e a maioria dos assuntos que estão sendo falados aqui são pertinentes. O Márcio Queiroz, que é um exímio técnico nos transportes...

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Vossa Excelência pode se ater às suas palavras?

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Está bem. Mas, então, eu quero sugerir, primeiro, que as Audiências Públicas sejam o dia inteiro, de 9 às 17 horas.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – É só V. Exa. falar com o Presidente. Eu estou à disposição.

(PALMAS)

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Eu quero parabenizar Guaratiba e Santa Teresa. Acredito que há outros bairros que devem ter problemas maiores até e que não estão presentes. Então, eu quero deixar bem claro e parabenizar o Presidente por estar sensibilizado e já marcar essa reunião.

Eu gostaria de dar uma sugestão à Comissão do Plano Diretor. Existe um plano de transportes que o Executivo apresentou, inclusive no Compur, que eu presenciei. E seria interessante que a Comissão de Transportes e Trânsito apresentasse esse projeto que o Executivo tem para todos os Vereadores. Seria importante que a gente pudesse discutir.

Um outro assunto que eu gostaria de falar, que realmente é de relevância, é com relação ao ciclismo – a Vereadora Liliam Sá falou, e eu já venho batendo há bastante tempo com relação a isso, à educação, à cultura para o ciclismo. De novo eu vou falar: os ônibus, as vans, as kombis, os carros de passeio não respeitam os ciclistas. Isso é fundamental importância. O Secretário esteve aqui na outra Audiência e lembrou bem. Na verdade, quando a gente fala de bicicleta, a gente lembra: quando é pequenininho, o primeiro presente que a gente quer ganhar é uma bicicleta; depois,

quando cresce, é um carro. Depois, quando casa ou tem uma família, é sua casa, sua habitação. Então, gostaria de pedir isso, que se tenha a sensibilidade com relação ao ciclista, tanto os ciclistas atletas quanto os ciclistas que fazem uso da bicicleta para o seu trabalho. Uma outra coisa que eu gostaria de falar também é com relação à ciclovia. Muitas vezes as pessoas não entendem que ciclovia é onde o ciclista vai transitar. Por isso, é de suma importância que as pessoas que utilizam outros equipamentos de transportes tenham respeito para com o ciclista. Isso é de fundamental importância.

Uma outra coisa que gostaria de comentar, e que nós vamos ter que discutir bastante é com relação ao estacionamento na orla. O estacionamento em toda a orla – e nós estamos discutindo isso com os guardadores nas praias em relação ao trabalho que eles desenvolvem, de atendimento aos turistas e aos demais usuários das praias – será uma discussão que vai ser polêmica, mas tem que ser feita. Temos que reavaliar a questão do estacionamento na orla.

Ontem, eu estive conversando com os guardadores. Eu estou falando sobre os guardadores, e vou até inverter e atropelar a minha fala para falar primeiro sobre eles, mas eu gostaria de rediscutir essa questão dos guardadores. Os guardadores não guardam nada. Você paga o estacionamento e pensa que pode ir embora tranquilo porque tem guardador. Lá no panfleto que você não lê, porque fica dentro do carro, está escrito que eles não se responsabilizam por nada que aconteça com o seu carro. Então, penso que nós deveríamos mudar o nome. Ao invés de usarmos “guardadores”, vamos inventar um outro nome. Mas que a gente entenda que aquele dinheiro que a gente paga é pelo espaço que você está usando, e que o sujeito que cobra não se chama “guardador”, porque senão é uma propaganda enganosa. Não é isso?

Obrigada, Sr. Presidente, lamentando que a minha fala tenha acabado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, a nobre Vereadora Cristiane Brasil. Logo após, o companheiro Luís Antônio de Jesus, da COP-Rio da Prata, e, em seguida, o Vereador Rogério Bittar.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui nessa Audiência Pública do Plano Diretor. Gostaria de iniciar a minha fala perguntando aos componentes da Mesa sobre quais dos senhores fizeram parte da elaboração do projeto encaminhado pelo Prefeito para a Câmara Municipal, o Substitutivo nº 3, para que pudessem falar sobre o texto do Substitutivo e esclarecer algumas dúvidas aqui para a população. O Sr. Marcos Paes participou? Algum de vocês?

O SR. VEREADOR CÉLIO LUPPARELLI – A pergunta é dirigida aos técnicos da Prefeitura?

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Sim, aos técnicos da Prefeitura. Não estou me dirigindo aos Vereadores, mas sim aos técnicos. Tem alguém que poderia falar sobre o texto do Plano Diretor?

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Vereadora Cristiane Brasil, eu penso que seja o Antônio Jofre, Coordenador de Projetos e de Planejamento.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Posso falar pelo setor de transportes.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Perfeito, então, eu gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Pode fazer.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Eu estou lendo aqui, no Capítulo 5 – Da Política de Transportes – na Seção I – Dos Objetivos, e vejo que a participação da Política de Transportes no Plano Diretor se resume ao Capítulo 5. Ela está também em outras partes, mas objetivamente está no Capítulo 5. Vejo que existe no artigo 162, inciso V, “elaborar o Plano Diretor Municipal de Transportes”. Eu gostaria de perguntar ao senhor exatamente o que seria, em poucas palavras, um Plano Diretor Municipal de Transportes.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Posso falar. A grande diferença entre Plano Decenal e Plano Diretor Municipal de Transportes é que um é mais generalista, traça metas no plano macro. Quando você fala de Plano Setorial de Transportes, você fica na área de transportes.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Quem vai fazer parte desse grupo que elaborará o Plano Setorial de Transportes?

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Já fez. O Plano Diretor Municipal de Transportes já está pronto.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – E ele vai ser votado conjuntamente ou vai ser votado depois? Ou ele não precisa ser votado?

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Ele é um Decreto feito pelo Prefeito publicado no Diário Oficial.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Ele está publicado no Diário Oficial?

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Está publicado no Diário Oficial.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Ele está em vigor ou ele vai entrar em vigor após a votação do Plano Diretor?

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Não, o Prefeito fez um Decreto dele implantando o Plano Diretor Municipal de Transportes que vai ser seguido ao longo do tempo.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Certo. Alguns dos senhores da platéia sabia da existência desse Plano Diretor Municipal de Transportes?

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Houve uma Audiência Pública no Clube de Engenharia para apresentá-lo.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Excelente. Eu queria perguntar mais uma coisa. Aqui também fala sobre política tarifária – implementação da política de transporte; política tarifária para o transporte público de passageiros. Eu lembro que no início do primeiro mandato o Prefeito Cesar Maia fez uma composição de preços de tarifa de transporte e que o preço do ônibus no Rio de Janeiro – não sei se os senhores lembram – era o mais barato do Brasil. O mais barato. E nessa composição de preço ele já contemplava a gratuidade dos estudantes da rede pública, dos idosos e dos deficientes – todas as gratuidades já faziam parte dessa tabela de preço. Hoje eu vejo que, por conta de uma decisão judicial, as empresas de transporte dizem que não está incluído no preço essa gratuidade. E não vejo o Prefeito Cesar Maia nem as outras demais autoridades se manifestarem para dizer o que mudou. Queria saber se existe, nesse Plano Municipal de Transporte, nesse direcionamento que está sendo feito agora por parte das Secretarias, uma previsão para a gente resolver esse problema.

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Como o Prefeito falou, como que se calcula uma tarifa geral? Você vê todos os custos do sistema e divide pelo número de passageiros transportados, vamos dizer assim. No caso em que o Prefeito diz: por que a tarifa está incluída? Porque ele só divide pelo número de passageiros pagantes. Então, não estão consideradas as gratuidades. Por isso que ele falou: na tarifa já estão embutidas todas as gratuidades previstas em Lei porque eu só divido o valor da tarifa pelo número de passageiros pagantes. Deu para você entender que isso está incluído?

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL - Bom, eu tenho certeza de que está incluído.

(Alguém se pronuncia fora do microfone)

O SR. ANTÔNIO JOFRE Z. ANDRADE – Não, isso é o número de passageiros que está incluído. Agora, complementando, em relação ao que está colocado aqui, de tarifa, de política tarifária. O que a gente está colocando aqui de política tarifária no Plano Diretor, eu expliquei quando falei no início, é o seguinte: não vou pensar uma política tarifária em relação a uma viagem que o usuário faz. É assim: se ele quer ir da região A para a região B, eu vou pensar nele com esse deslocamento total. Como eu faço isso? Através de integrações físicas e tarifárias. O fulano pega da região A e vai para a região B – então, eu tento reduzir esse custo total de tarifa que ele tem, facilitando por integrações físicas e tarifárias. Para fazer isso, eu preciso de uma racionalização do sistema como um todo, criando, como eu falei, uma rede estrutural de grande capacidade, formada por trem, metrô, corredores de ônibus segregados operando com ônibus articulados. Ela vai ser alimentada por uma rede de média capacidade que é utilizada por ônibus em faixas seletivas ou não; ou VLT, se o Poder Público quiser investir em bondes modernos. E uma rede de distribuição, que é uma

rede de menor capacidade, que funcionaria com micros e vans, para dar uma frequência maior a isso e atender à alimentação disso. Agora, para isso tudo tem que haver uma integração tarifária, para não ficar caro. Como nós temos, como exemplo, o T5. O sistema T5 é uma ligação em um corredor segregado, operado por ônibus articulados, com porta pela esquerda e embarque em nível. No estudo dele, depois de implantado, um usuário vai poder pegar um ônibus alimentador, pegar um ônibus troncal, pegar outro alimentador e pagar uma tarifa modal, dependendo de como for o veículo. É isso que a Secretaria de Transportes tem como meta para desenvolver. Isso independe do cálculo de tarifa como é feito hoje, onde já estão embutidas todas as gratuidades.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL – Queria deixar claro para a população do Rio de Janeiro que há muito tempo essa gratuidade já está embutida na tarifa de quem paga. Então, está na hora de fazer cumprir. Não adianta entrar na Justiça dizendo que não tem de onde sair o custeio dessa passagem, que está sendo custeada por quem paga. Então, está na hora das empresas de ônibus cumprirem sua parte e deixarem que os estudantes, os idosos e os portadores de necessidades sejam contemplados pela gratuidade que está sendo paga pelo povo da Cidade do Rio de Janeiro. Isso era uma das coisas.

(PALMAS)

Nós temos um tempo reduzido aqui para falar. Eu sou Presidente da Comissão do Idoso da Câmara Municipal. Na segunda-feira que vem estaremos fazendo a nossa Audiência Pública, não vai ser aqui, vai ser dentro da Unati, Universidade Aberta da Terceira Idade, na Uerj, às 14h, está aberta a todos que quiserem estar presentes na Audiência Pública. E será até um prazer tê-los lá, porque essa questão do transporte excludente, esse sistema de transporte que a gente vê que exclui o estudante da universidade, exclui o idoso da sua vida social, da sua vida de trabalho, da sua vida de uma forma geral, é quase que uma limitação ao direito constitucional de ir e vir.

(PALMAS)

E como representante legítima das pessoas que me elegeram Vereadora do Rio de Janeiro, falo que estamos sendo seqüestrados dentro de nossas próprias casas, porque nós estamos presos. O povo do Rio de Janeiro está preso dentro de casa; não pode trabalhar, não consegue estudar, não consegue fazer absolutamente nada daquilo que deveria ser uma prioridade. Porque não adianta as outras políticas estarem funcionando se o transporte é precário na cidade, sem segurança, sem qualidade. Isso aí nós temos que cuidar para mudar agora.

Nós estamos tendo uma oportunidade que é o Plano Diretor da Cidade. Eu compreendo que seja de suma importância, e também estou aqui para elogiar o nosso Presidente da Comissão de Transportes por estar tomando para si os casos que estão sendo apresentados como o de Guaratiba, de Santa Teresa, de outros que não dá para citar aqui, mas nós temos que partir disso aí e olhar o que está sendo apresentado para um plano de 10 anos para a cidade. Então, nós estamos vendo aqui – eu não vou ter tempo de falar, infelizmente – mas são 10 anos e o objetivo da política de transporte é racionalizar o sistema de transporte com uma implementação físico-tarifária baseada

no conceito de deslocamento total e hierarquização dos modais. O que quer dizer isso, na verdade? Que eles pretendem usar os ônibus como sistema de transporte principal, fazendo o máximo de integração entre os que transportam mais gente com que vá transportando menos gente, dando importância realmente aos que dão transporte a mais gente. Mas de que forma isso vai resolver o problema imediato, o problema do outro ali, o problema do dia-a-dia? É essa integração das políticas com a realidade do povo carioca, que tem que ser o foco dessas Audiências Públicas daqui para frente. Nós temos que tratar das diretrizes, mas é importante também que vocês tragam realmente as aflições de vocês para dentro deste Plenário, porque nós vamos trabalhar em cima da realidade do povo do Rio de Janeiro. Não adianta isso aqui estar bonito, não adianta ter um monte de gente ali falando bonito se na hora do transporte, na hora da passagem, a gente não consegue sair de casa, não consegue trabalhar, não consegue viver.

Então, como Vereadora da cidade e representante dos idosos nesta Câmara de Vereadores, quero deixar claro que estamos trabalhando e muito para entender o que é a proposta do Prefeito, o que é a proposta desta Casa de Leis, para que na hora de sermos cobrados por vocês, possamos apresentar um resultado digno de voto da responsabilidade e de todas as expectativas que vocês colocam, sim, para nós representantes desta Casa de Leis, como Vereadores, como pessoas públicas que somos, e vamos dar o resultado para vocês. É compromisso, compromisso meu. Estou do lado de vocês, o meu gabinete está lá. Precisando de mim, estou às ordens para vocês. Porque é nesta Casa de Leis que, no final das contas, nós vamos votar e que vai sair o Plano Diretor da Cidade.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Nobre Vereador Rogério Bittar, ainda temos para fazer uso da palavra o representante de Santa Teresa, Dom Pepito, representante de Cinco Ma-rias, Jardim Guanabara...

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Só a título de esclarecimento à nobre Vereadora Cristiane Brasil, apenas por questão de justiça eu tive a oportunidade de ver a declaração do Sr. Prefeito da Cidade, na TV Bandeirantes, a respeito de estar embutidos nesta gratuidade o direito dos idosos e o direito dos estudantes. Portanto não poderia deixar passar esse esclarecimento do Sr. Prefeito. Em relação aos artigos que a nobre Vereadora citou, nós, na nossa fala inicial, mostramos que há uma redundância no que tange o que fala o Plano Diretor e o Plano Diretor de Transportes especificamente. Então isso já está sendo encaminhado apenas para esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, o nobre Vereador Rogério Bittar, por uma questão de ética vamos respeitar a Vereadora Silvia Pontes que falou, e os companheiros que ainda querem falar. Eu pediria que V. Exa. fosse breve, pois ainda temos o pessoal de Santa Teresa e outros para falar, e eu não gostaria de cercear a palavra de nenhum Vereador.

O SR. VEREADOR ROGÉRIO BITTAR – Senhor Presidente, quero manifestar a minha profunda decepção com esse Governo Municipal. O que vejo sinceramente é que depois de mais de 10 anos no poder, o atual Prefeito perdeu o tesão, acho que a palavra é esta. Perdeu a gana de governar a cidade. Na última Audiência Pública do Transporte que tratava da questão do transporte do Pan-Americano eu vi o Secretário Arolde de Oliveira falar muito sobre a família PAN, ele dizia: “Vamos cuidar muito da nossa família PAN, estamos fazendo uma Licitação ao COB para poder transportar os atletas”. E em nenhum momento eu ouvi o Secretário falar na família carioca. E quando eu questionei perguntando qual seria o legado de tantos milhões de dinheiro público investidos nesses jogos, qual seria o legado que a Cidade do Rio de Janeiro teria na área de transporte, vou dizer as palavras dele aqui.

(LENDO)

“Na área de transporte tivemos projetos motivados pelo Pan-Americano, como foi o caso do sistema de trilho na Linha Amarela ligando os dois aeroportos chamado TransPan, os custos muito elevados desse projeto impediram concluir. Ainda motivado pelo PAN, a Prefeitura fez um esforço muito grande para fazer o túnel ligando a Barra à Gávea, através do túnel que seria o primeiro da Linha Quatro do Metrô, disponibilizou recursos, mas tivemos dificuldades de entendimentos com a concessionária”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A solução apresentada por ele foi a integração. Senhor Secretário, é abusar da nossa inteligência, da população carioca que a integração é uma solução para o Pan-Americano e que vai deixar um legado para a cidade. Isso já existia, inclusive o Sr. Prefeito Cesar Maia fez campanha em 2003 com a integração. Então, não vou admitir aqui que o senhor venha para esta Casa e dizer que o legado será a integração. Quando na verdade não é. O que nós queremos é a integração que o Dema falou com transporte alternativo, queremos a Licitação. O Dema quando questionou na outra Audiência Pública sobre a questão da seletiva da Avenida Brasil, porque não se abre para as 150 vans que fazem o transporte da Zona Oeste para o Centro da Cidade? São 150 só. Não se faz. Por que não se faz? Minha leitura, Dema, é que está se criando uma reserva política para a eleição do ano que vem e o Secretário está guardando isso para ter uma reserva política para, no próximo ano, usar isso daí como uma ferramenta eleitoral. Ano passado um candidato da base do Governo fez campanha liberando para taxista a seletiva da Avenida Brasil, liberou para taxista e fez campanha. Não é isso que nós esperamos de um administrador público municipal. Esperamos coerência em seus atos! Se 150 vans hoje não estão sendo liberadas, podem ter certeza de que no próximo ano serão chamadas, pois é um ano eleitoral, e serão cooptadas para apoiar candidatos da base de sustentação do governo!

(PALMAS)

Quero dizer, também, Sr. Presidente, que ouço a Rádio Band News e ouvi o Jornalista Ricardo Boechat falando, com muita tristeza, de uma pesquisa que teve como base o ano de 2003. Ele narra que o maior número de acidentes com vítimas

encontra-se no Bairro de Campo Grande. Foram, no ano de 2003, 56 vítimas do trânsito ali, bem como na Barra da Tijuca e aqui no Centro da Cidade. São os três bairros que apresentam maior número de vítimas. Quero dizer que parte da culpa é da população, sim, não há a educação no trânsito que deveria ter. O dinheiro dessa indústria de multas deveria ter sido revertido – e deveria estar sendo revertido, coisa que não acontece – para educação no trânsito. Mas boa parte dos acidentes também se deve ao fato de que Campo Grande, Bangu, a Zona Oeste em geral, não têm sinalização e não têm uma manutenção de suas estradas. Se hoje acontecem muitos acidentes com vítimas, a culpa é do Poder Público Municipal, sim! Ele é responsável por asfaltar, por sinalizar. Isso não acontece!

E quero dizer mais: me preocupa muito quando vimos discutir o Plano Diretor da Cidade, Sr. Presidente, e falamos sobre ciclovias, como falou o Vereador S. Ferraz, mas não queremos ciclovias, não! Queremos asfalto! Vão-se criar ciclovias com tantas mortes, como já acontecem no trânsito, na Zona Oeste, pela falta de sinalização? Vão morrer mais pessoas! Então, o que queremos é licitação.

No governo passado, meu pai esteve como interino do Detro durante dois meses e fez licitação, botou nas ruas a licitação do transporte alternativo no Estado do Rio de Janeiro. Muitos não sabem, mas a licitação foi feita e teve dia e hora marcada. No dia e na hora em que aconteceu, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro embargou a licitação. Que motivações levaram-no a embargar? Não sei quais foram. Mas um professor da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Sr. Ricardo Bittar, meu pai, teve a competência de, em dois meses, colocar uma licitação nas ruas, que foi embargada pelo Tribunal de Contas do Estado. As motivações, mais uma vez, não sei quais foram. Ela é importante, muito importante, assim como a licitação municipal. Estou ao lado de vocês pela “Licitação já!”

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, a representante da Associação de Moradores de Santa Teresa.

A SRA. JUSSARA BRAGA – Boa tarde a todos! Falo em nome da Associação de Moradores de Santa Teresa. Infelizmente, o presidente da associação, Paulo Saad, chegou às 10 horas, mas não pôde mais esperar porque tem compromisso profissional. Não vou me alongar, para que outros companheiros de outras regiões possam, também, fazer uso da palavra, já que o tempo é escasso.

Os princípios básicos da nossa luta em Santa Teresa, no que se refere a transporte dentro do Plano Diretor, estão escritos nas nossas faixas neste Plenário. Vivemos, hoje, uma situação muito difícil em Santa Teresa em relação a transporte coletivo. O transporte alternativo funciona de forma precária no bairro, com veículos em condições ruins de conservação. O transporte por ônibus, feito pela empresa Transurb está naquela situação que os Vereadores podem ver, todos vocês podem ver e são ônibus andando em alta velocidade, de forma absolutamente inadequada às condições do bairro que tem ruas estreitas, que tem uma especificidade muito grande em relação às suas ladeiras e ao calçamento. Esses ônibus não atendem de forma adequada à população de Santa Teresa, justamente por causa dessa falta de qualidade. Não temos transporte entre 22 e 6 horas, pessoas que tenham horário de trabalho alternativo não têm como chegar a Santa Teresa depois de 22 horas. O mesmo acontece na Linha C-

10, que também atende Santa Teresa pelo lado da Rua Monte Alegre. Esse ônibus, depois de 21 horas, desaparece. E nossa reivindicação está nessa faixa do lado de cá, que vocês podem ver. A gente quer de volta os bondes, todos os bondes recuperados. Parte deles está sendo recuperada lá em Três Rios, mas a gente não tem muita clareza sobre esse processo, como está se dando. Então, a gente quer, também, transparência nisso. E o que a gente quer no Plano Diretor, em relação a transporte, é que seja priorizada a qualidade do transporte para a qualidade de vida dos moradores. A gente quer que o turista que vai a Santa Teresa seja muito bem recebido, muito bem tratado, mas não se pode pensar o transporte para uma comunidade, para uma localidade, sem pensar primeiro em como esse transporte deve ser para essa comunidade. Então, eu queria, Vereador Jorge Mauro, dizer que esperamos, então, o contato com os telefones que já demos aí, para que a gente possa ter uma reunião e assim, de forma mais ampla, detalhar quais são nossas propostas, o que a gente tem, realmente, de proposta, para o Plano Diretor na área de transporte. Vamos estar presentes nas outras reuniões, no que se refere ao turismo, ao meio ambiente. A gente vai estar aqui participando. Nesse sentido, queria sugerir aos Vereadores que fizessem uma inversão da pauta para as próximas reuniões, Audiências para o Plano Diretor. Eu queria pedir que eles começassem ouvindo as pessoas que vêm aqui, das comunidades. Por quê?

(PALMAS)

Por uma razão muito simples: porque depois eu gostaria de ouvir os comentários dos Vereadores sobre o que as pessoas estão dizendo. O que acontece hoje? A gente ouviu e ouve com prazer o que os parlamentares têm a dizer, pois são nossos representantes nesta Casa. Agora, a gente fala e não vai ter oportunidade, devido ao final da Audiência, que vai ser às 2 horas, e a gente não vai ter oportunidade de ouvir o que os Vereadores pensam sobre nossas propostas. Como eles vão encaminhar essas propostas, o que eles acham, por exemplo, eu gostaria de ter tempo de ouvir sobre essa nossa proposição de manter o bonde como principal meio de transporte nas principais vias do bairro, que o bonde seja preservado, não apenas por sua importância cultural, não apenas por ser um bem tombado. Também por isso, mas principalmente porque ele é o meio de transporte mais adequado à população de Santa Teresa. Então, como os Vereadores podem nos ajudar, já que eles são nossa voz no Parlamento, e vão ser a nossa voz no Plano Diretor, a inserir nossas propostas populares – a nossa, de Santa Teresa, a do pessoal de Guaratiba, e das outras pessoas que estão aqui representando outras comunidades. Então, temos muito interesse em ouvir isso. A gente aguarda o contato de vocês para essa reunião em que poderemos conversar mais detalhadamente sobre nossas propostas.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Ouvi atentamente. Estão chamando o Pepito para fazer uso da Tribuna. Eu só queria dizer que por questão de Vereador, Presidente de uma Comissão, nesta Casa tem 50 Vereadores. A gente vê que tem uma Audiência Pública, e nem todos vêm. O Dema já vem há várias reuniões aqui e sabe disso. Agora, quando eu abro e abri para os técnicos falarem a respeito do que eles

tinham para a cidade, do Plano Diretor, que era uma questão que a gente teria que saber deles, e passaria para vocês falarem. Só que, quando você pergunta aos seus pares: “Querem fazer uso da palavra?” Todos dizem: “Quero!” Eu não posso cercear a palavra. Depois, no momento seguinte, vem aquilo – e o Dema já me conhece porque estou nesta Casa há quatro anos – de baterem palmas para dizer que não! Tem que ter uma postura só! Quando eu perguntar: “Querem fazer uso da palavra?” Digam: “Não, queremos ouvir o pessoal!” Aí, consegue-se conduzir a Casa de maneira harmônica. Agora, não se pode é fazer demagogia! Na minha Comissão não existe isso: ouvi os técnicos, e perguntei a cada um: “Querem fazer uso da palavra?” Todos responderam: “Eu quero, eu quero!” Depois, quando a senhora diz: “A gente queria falar”, as pessoas aplaudem. Isso é demagogia, e eu não estou aqui para fazer papel de palhaço!

Com a palavra, Dom Pepito.

DOM PEPITO – Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, venho reforçar tudo aquilo que Guaratiba já falou aqui. São 110 mil habitantes, trabalhadores, que não podem esperar pela aprovação do Plano Diretor, pois precisam trabalhar hoje, amanhã, depois. Eles precisam de uma ação, já! Eu sei, Presidente Jorge Mauro, que V. Exa. é Presidente da Comissão de Transportes da SMTU, e eu queria ver se haveria a possibilidade de se fazer alguma coisa, já, para essa população.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu já falei com o pessoal. Nós vamos marcar uma reunião, rápido, com a Comissão, e levar ao Prefeito para que ele tome uma posição de imediato.

DOM PEPITO – Eu agradeço, Presidente, porque ninguém agüenta mais. V. Exa. sabe e conhece muito bem, pois já esteve lá por diversas vezes, o sofrimento de cada cidadão de Guaratiba. Não só de Pedra de Guaratiba, mas de Guaratiba como um todo. Parece que a Cidade do Rio de Janeiro tem duas Zonas Oeste: uma antes da Grota Funda, e outra depois. Tudo acontece antes da Grota Funda; depois da Grota Funda, não acontece mais nada, não existe mais coisa nenhuma, somente na época da eleição. Nós temos que colocar sempre – eu espero que esse Plano Diretor corrija isso –, incutir sempre na cabeça de cada um dos políticos brasileiros, não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil como um todo, a necessidade da comunidade acima dos interesses políticos. O dia em que isso acontecer, Presidente, tenho certeza e convicção de que muita coisa começa a mudar, porque tudo acaba em política, tudo acaba em reduto eleitoral.

Eu espero que o Plano Diretor corrija todas as deficiências do transporte da Cidade do Rio de Janeiro, mas nós precisamos, lá em Guaratiba, de ação imediata, já! São 110 mil moradores que trabalham na cidade, trabalham na Barra da Tijuca, e ninguém agüenta mais o ônibus 882, ninguém agüenta mais o 66, o 854. Não agüentamos ter mais uma só linha de ônibus, a 381, fazendo a Linha Guaratiba-Carioca. São ônibus sucateados, velhos, que quebram todos os dias: três, quatro ônibus! Se já vêm abarrotados de lá e quebram na Av. Brasil, abarrota três vezes mais o próximo ônibus.

Vereadora Liliam Sá, recorro ao seu coração solidário, ao espírito empreendedor do meu querido companheiro Jorge Mauro. Vamos trabalhar! Vamos fazer algo pelos 110 mil eleitores de Guaratiba.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, a Dra. May Terrell Eirin, da Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente.

A SRA. MAY TERREL EIRIN – Sou moradora de Botafogo há 30 anos, mas sou da Apedema, Associação de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Eu gosto muito de soluções alternativas, como já apresentei muitas vezes aqui em outras Audiências. Porém, eu dou entrada, tenho o trabalho, gasto o meu dinheiro fazendo um monte de apresentações, mas ninguém lê, ninguém devolve, ninguém estuda nada. Então, agora, achei que a oportunidade seria esta, do Plano Diretor. Este aqui eu mandei para a Rio-Trilhos, onde fui muito bem recebida, mas eles não podiam fazer nada, porque havia um consórcio aprovado pela Feema daquele Metrô, que só ia da Gávea até o Jardim Oceânico, e não ia adiantar nada, mas seguiu e não deixou nenhum outro projeto entrar. Agora, ele caiu no dia 6 de agosto de 2006, então vocês não têm mais desculpas, não podem dizer que não é possível estudar outras alternativas de transporte.

Eu fiz o projeto alternativo sócio-ambiental de Metrô sobre rodas, usando tudo que nós já temos. É um projeto super econômico, usando amplamente a Linha Vermelha, a Linha Amarela, com muita criatividade, com as alças tocando os bairros. Vocês, que são de Guaratiba, podem ver um jeito até de arrumar um micro que os levem até esse Metrô da Linha Amarela e da Linha Vermelha. Aqui, como vocês podem ver, eu coloquei duas alças, na entrada do Túnel Lagoa-Barra.

Nessa reportagem de jornal, lê-se que o BNDES financiou o Metrô sobre rodas de Bogotá, e na 5ª Conferência Internacional de Ônibus foi o maior sucesso. Eles estão usando, inclusive, muita idéia lá do Paraná, daquele Metrô sobre rodas. Mas o BNDES, que eu saiba, não se ofereceu para financiar o nosso Metrô. Então, temos que insistir com eles. Se eles financiaram lá, que financiem aqui também; e estão precisando urgente para o PAN, porque senão o trânsito vai ser um “Pan-demônio”. E o meu projeto está muito bem explicadinho aqui, com mapas, como vocês podem ver. Deveria ser estudado pelo Clube de Engenharia, pelos técnicos, mostrando, inclusive, conexões com a linha de trem, com a Linha 1 e a Linha 2 do Metrô. Eu fui pessoalmente a esses lugares, tive um trabalho imenso. Esse meu projeto, eu o registrei em Cartório, no 6º Ofício, em 2004. Entreguei à Prefeitura, que nem deu resposta – não teve a mínima educação e não deu nem resposta. O Estado deu resposta: disse que encaminhou à Secretaria de Transportes. Mas a Secretaria de Transportes nunca me chamou para explicar nada do projeto. Para vocês verem como é difícil a comunidade apresentar qualquer coisa. Eu já fiz projetos alternativos para Rodrigo de Freitas, Jacarepaguá, Lagoa de Maricá, Lagoa de Itaipu, Piratininga. Sou ecologista há 30 anos. Sou médica. Estudo demais toda legislação, Planos Diretores, tudo. Não sou nenhuma imbecil, não, mas eles nos tratam como imbecis.

Nem escutam! Só querem mega projetos, coisas irrealizáveis, de altíssimo custo. Eu penso em termos de povo, de meio ambiente. É isso que nós precisamos melhorar, melhorar o padrão de vida do pessoal sofredor com transportes, com tudo. Então, eu peço que estudem esse projeto. Eu já o entreguei ao Gusmão, e não tive resposta; entreguei também em outros lugares, e só mesmo o Governo é que mandou para

Transportes, para fazer parte do Plano Diretor, segundo está escrito aqui. Então, eu vou entregá-lo para que vocês o estudem. Eu tenho certeza de que esse projeto tivesse sido estudado aqui, e se lá em Bogotá fosse dito que nós temos um projeto semelhante, desde 2004 em estudo, o Brasil e o Rio de Janeiro estariam fazendo bonito na Conferência. Mas não, agora vão vir técnicos de fora para estudar. Então, que estudem esse também. Eu quero resposta.

Aqui eu tenho endereço, telefone, etc., porque eu já cansei de assistir Audiências que não dão em nada, fica só o chefe falando sobre os projetos mirabolantes de mil duplicações, tudo caríssimo e não nos deixam falar. Eu contestei a Audiência, mandei para o Ministério Público, e esse meu projeto está no Ministério Público, também.

Então, vocês vêem que nós pelejamos, mas se a Câmara não fizer a parte dela, se ficar só aumentando gabarito ou consentindo a construção de prédios, como fizeram lá na Barra, dentro da lagoa, o maior vexame aquela península que tem lá. Esses prédios do PAN também foram todos feitos dentro da lagoa, sem nenhuma infraestrutura, sem nada. Estão liquidando os nossos recursos naturais.

Então, que pelo menos façam um transporte decente, não poluente, em pistas seletivas, o mais direto possível e com as alcinhas ligando os bairros. No meu projeto o Metrô sobre rodas passa pela Epiácio Pessoa, vem pela Linha Vermelha, Túnel Rebouças. Lá no Corte do Cantagalo, aquela Estação do Metrô que fica na Praça Jardim não sei de que, ela iria terminar, fazer um rabicho, e fazer Estação do Metrô da Lagoa. Ali seria a conexão perfeita com a Linha 1. Então, é de muita criatividade, é coisa que ainda não vi em lugar nenhum, em proposta de ninguém. E que esse Instituto Pereira Passos também estude, porque a Prefeitura, agora, só pensa em fazer o Metrô da Penha à Barra. Não vai adiantar nada, tem que ligar é o Aeroporto à Barra, ao Recreio e o meu são dois anéis viários: o anel da Linha Amarela, que contorna ali em Alvorada e volta pela Ayrton Senna. Depois, na ida, ele passa pelo Riocentro e por toda aquela área, depois retorna passando pela Ayrton Senna e vai direto para a conexão no Fundão. Del Castilho é fundamental porque conecta várias linhas de trem.

Então, com isso o cidadão vai poder andar muito de Metrô e deveria haver um bilhete que permitisse que ele fizesse essa conexão rapidamente sem pagar outra passagem. Ele chegou, por exemplo, em Del Castilho e quer tomar uma condução para a cidade, e se veio pela Linha Amarela, teria direito de entrar de graça no trem do Metrô.

Outra coisa são os banheiros. As conexões grandes têm que ter banheiro. O cidadão viaja horas, tem idosos, tem gente com problemas de saúde, e mesmo saudáveis têm necessidade de ir ao banheiro. E nenhum Metrô tem. Então, nas principais conexões deveria haver banheiros.

É isso que eu quero entregar a vocês pedindo que examinem com um carinho especial para me darem resposta. Eu não quero, eu exijo.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Primeiramente eu queria dizer que, enquanto Presidente da Comissão de Transportes e Trânsito, e eu estou assinando aqui para ser encaminhado ao assessor do Secretário de Transportes. Então, eu acho que é responsabilidade da Prefeitura. Eu estou assinando e encaminhando, para ele entregar direto ao Secretário.

(PALMAS)

(A Sra. May Terrell Eirin fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu posso dizer para a senhora que vou encaminhar para ser incluído no Plano Diretor, para o representante da Secretaria, para fazer o estudo e verificar onde ele pode adequar.

Para concluir, passo a palavra para o Vereador Rubens Andrade.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Foi falado aqui que queria saber o que as pessoas pensariam...

(Manifestações do Plenário fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Não vai acabar, não. É justamente isso, vocês falam, o Vereador abre e eu continuo. Eu só não sou ditador.

Com a palavra, Letícia.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Jorge, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, Letícia.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Senhor Presidente, só um minuto. Acho que temos que resolver um problema. Vou propor que para as próximas Audiências seja feita a inscrição aqui dentro – vou propor ao Cerimonial – porque parece que perguntam lá fora, alguns falam, se inscrevem, depois chegam aqui e não temos um local para as inscrições. Dessa maneira atenderia a todos. Vou fazer essa proposta objetivamente aqui na Audiência.

Estou falando, porque queriam saber o que os Vereadores pensam. Eu também estou aqui desde cedo, estou ouvindo, já falei. Estamos tratando de Audiência de Plano Diretor que está em conflito e vai estar, porque existem questões – como falou muito bem o senhor de Guaratiba que estava aqui – que são questões de operação de fiscalização. Essa fiscalização era feita anteriormente pela SMTU. A Secretaria de Transportes mandou aqui o Coordenador de Projetos e Planejamento. O Presidente da CET-Rio faz planejamento de Engenharia de Tráfego. São questões que eu particularmente assumo – espero que a Comissão também – de pedir, por exemplo, que a Prefeitura, a Secretaria de Obras, faça a fiscalização urgente de alguns ônibus, que já pedi, aqui na Avenida Chile. Por incrível que pareça, eles disseram que não poderiam autuar os ônibus, porque senão ficaria sem ônibus para a Zona Oeste, porque estão rodando em situação precária. Essa fiscalização temos que cobrar diariamente à Prefeitura.

Em segundo lugar, propus ao Presidente que se faça uma Audiência em Guaratiba, porque lá tem um problema sério – Pedra e Barra são distantes e não se integram com o transporte de massa. É uma outra questão de planejamento.

Outra – o Osny falou de duplicação da Estrada do Mato Alto. Vendo aqui o plano que a Prefeitura fez de transporte, estão propondo a ampliação da capacidade da Estrada do Magarça e melhoria na Olinda Ellis e adjacências. É preciso falar com o Coordenador de Projetos que a Prefeitura tem que incluir nesse planejamento.

Outra – Santa Teresa tem uma questão que precisa estar incluída no Plano Diretor: a preservação do bonde, não só como meio de transporte, mas também como patrimônio da cidade numa área de especial interesse turístico. É uma discussão que tem que ser específica, porque é uma questão estadual. Quem sabe se chega à conclusão que possa ser municipalizado para que possamos defender melhor aquele equipamento.

Não sei, companheiro. Só estou falando. Temos que falar o que pensamos e não o que vai agradar ou que vai ter palmas. A discussão tem que ser do ponto de vista de uma política de transportes. Concluindo, como o Dema falou, tem que estar no Plano Diretor.

Integração da bilhetagem eletrônica – é uma questão de Plano Diretor, sim.

A questão da gratuidade, como falou o companheiro do Recreio. A Justiça decidiu a favor das empresas de ônibus. Por mais que se fale com os Vereadores ou com a Prefeitura, tem que ter uma mobilização junto aos juízes e desembargadores. O representante da Prefeitura falou que está lá constando. Como é que vocês dão ganho para as empresas de ônibus e geram esse conflito para a população? Estudantes, idosos, portadores de deficiência.

Esse negócio de generalizar é muito perigoso. Tem que falar objetivamente o que compete a cada instância, a cada poder. À Câmara cabe votar o Plano Diretor, que é um Plano Decenal, para nos próximos 10 anos a Prefeitura cumprir ou não.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, Letícia.

A SRA. LETÍCIA PACHECO – Boa-tarde a todos. Estamos aqui para lutar pelos nossos direitos. Infelizmente vou pecar pela redundância, porque vou falar sobre Guaratiba. Consegui passar para uma universidade – passei para a UFF – e arranjei um problema: como eu iria para a UFF morando em Guaratiba? Minha carga horária era de seis a oito. Eu acordava às 4 horas para chegar à UFF às 8 horas. Nunca consegui chegar às 8 horas. Eu chegava às 8 e meia, às 9 horas – nunca consegui cumprir o meu horário. Os professores nunca entendiam. Eu saía às 18 horas e chegava em casa às 22 horas. Como eu não tinha o dinheiro para pagar a passagem – eu passei para uma universidade pública, mas a minha faculdade não foi gratuita, porque o meu custo de transporte era média de R\$300,00 por mês. Então, eu tinha que fazer uma baldeação; eu tinha que pegar mais ou menos cerca de seis transportes por dia, de ida e volta, para conseguir estudar e me formar. Hoje eu estou formada. A minha dificuldade hoje é conseguir um emprego, porque, sempre quando eu vou lá deixar o meu currículo, eu faço uma entrevista e me perguntam onde eu moro e qual o custo da minha passagem, eu vou dizer quanto que é? Que é R\$ 7,50? Eu não consigo. Então, eu vou ser obrigada a mentir, como o Pedro fez? Eu vou ser obrigada a dizer que eu moro onde? Em Niterói? Eu vou ser obrigada a mentir sobre meu endereço para poder conseguir trabalhar.

A empresa que monopoliza a região, lá, principalmente no que compete à Ilha de Guaratiba é a empresa Jabour. Consta lá que a linha 869 ainda circula, eles não deram baixa; só que não circula. Os ônibus como, por exemplo, o 854 e o 867, que deveriam cumprir os seus trajetos originais, não cumprem, seguem por fora, colocam uma placa escrito “Direto” e passam pela Avenida das Américas. Pessoas ficam durante horas nos pontos de ônibus esperando um transporte para ir ao trabalho, à faculdade, à escola. Enfim, e não conseguem, por quê? Todo mundo tem plena consciência de que

o ônibus passa por fora, mas ninguém pode fazer nada, a gente fica sem ter o que fazer, vai reclamar com quem? A gente tem a alternativa de chegar aqui, a possibilidade de lutar pelos nossos direitos, justamente para acabar com isso, porque é um absurdo. A população tem poder aquisitivo baixíssimo na Região de Guaratiba; uma passagem a sete e cinquenta é muito caro, porque ida e volta são 15 reais. Quem tem 15 reais no bolso para ir e voltar todo dia? Muita gente recebe vale-transporte das suas empresas a um custo de, no máximo, 4 reais, mas o ônibus não passa ou, quando passa, passa lotado; a pessoa ou vai pendurada na porta do ônibus ou simplesmente é obrigada a pagar a passagem de sete e cinquenta, quando passa. Para nós virmos hoje para cá foi uma dificuldade incrível. Os únicos ônibus que passaram para cá, via Castelo, foram os de 7,50 reais, que só passam de hora em hora, quando passam.

Então, por favor, realmente gostaria que vocês fizessem algo, nos ajudassem, - entenderam? – no que fosse preciso, porque a população de Guaratiba está sofrendo demais. A gente já sofre com isso há muito tempo. Eu tenho 29 anos. Há 29 anos a situação já era assim. Será que daqui a 30 anos vai estar a mesma coisa? Por favor, gostaria que realmente fosse feita alguma coisa, para que outras pessoas também pudessem fazer faculdade. Tem muita gente que quer fazer faculdade, mas acaba desistindo, porque é sobre-humano uma pessoa acordar às 4 horas da manhã para poder chegar 9 e meia, 10 horas em Niterói, ou na Uerj, na UFRJ, onde for.

Obrigada.

(PALMAS)

OS SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com a palavra, Ricardo Douglas, líder do transporte alternativo.

O SR. RICARDO DOUGLAS – Primeiramente, boa tarde a todos, à Mesa, aos companheiros que estão presentes.

Em vim a esta Casa semana passada acompanhar o meu amigo Dema, Presidente do Finidtransrio.

Eu sou um lutador do transporte alternativo há 14 anos, sou um dos fundadores do transporte alternativo. O Sr. Vereador S. Ferraz fez uma colocação que denegriu, eu acho, o transporte alternativo. Sim, por quê? Nós, do transporte alternativo, se nós temos essa Kombi, é para a gente trabalhar. Nós levantamos às 5 horas da manhã e paramos de trabalhar às 10 horas da noite. É por isso que nós somos cassados, por quê? Nós somos trabalhadores. O trabalhador por si só não merece respeito? Então, por meio desta carta que está aqui na minha mão que, para a gente poder começar a arrumar a nossa casa, a gente tem que começar pela SMTU porque lá só tem sanguessuga, ali é um verdadeiro antro de sanguessugas. Ali, se você chegar com R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ou R\$ 3.000,00 (três mil reais), com certeza seu carro é legalizado. Mas, como nós não temos esse dinheiro, nós ficamos aqui a ver navios.

Vocês vêem um bocado de vans brancas ou kombis brancas que não estão sendo legalizadas, mas não é por culpa nossa, é culpa sim da SMTU, do Poder Público e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Esses sim são os verdadeiros culpados, não somos nós não.

(PALMAS)

Tenho aqui em minhas mãos vários documentos de verdadeiros guerreiros do asfalto. Somos nós! Eu estou trabalhando há 14 anos dentro do transporte alternativo e estou ilegal. Mas, está aqui, tudo pago! Tudo direitinho! Mas, fui cassado pela SMTU. O meu nome saiu aqui no Diário Oficial do Município, emitido em 2005. o cartão não saiu, a licença não saiu e também não saiu a legalização. Por quê? O que está havendo? Será que é porque nós somos perseguidos ou porque somos trabalhadores? Acho que a gente tem que ter uma resposta quanto a isso. O Secretário de Transportes, o Dr. Marcos Paes, com o qual já saí muitas vezes correndo, quando vi a blitz, muitas vezes, ali no Carrefour, em Sulacap, está bom?

Então, acho que o transporte alternativo está sendo muito desrespeitado. O Sr. Ver. S. Ferraz viu a van caindo aos pedaços, ele viu a kombi caindo aos pedaços, soltando os pára-choques, soltando tudo, mas ele não vê o ônibus circulando super lotado, massacrando os trabalhadores que precisam ir e vir.

(PALMAS)

Isso ninguém vê! A van e a kombi passam. Se tiver um ônibus pegando um idoso, quase atropelando o idoso, se tiver uma van ou uma kombi do lado, ele não vê o atropelador. Ele vê a kombi e a van caindo aos pedaços. Mas, o idoso, ele não vê que está sendo atropelado pelo ônibus.

Infelizmente, o senhor teve a sorte, V. Exa. teve a grandeza de ser um ilustre Vereador. Eu queria ver se o senhor estivesse na pele desses idosos que precisam dos ônibus, das vans e das kombis para o seu ir e vir para os seus hospitais, para os seus lares ou para o trabalho, sem qualquer condição. Os próprios motoristas de ônibus não carregam. O idoso, o estudante e o deficiente físico hoje são iguais a nós, somos todos perseguidos.

Nós não somos ladrões! Deixo isso bem claro aqui. Nós não somos ladrões! Nós somos trabalhadores honestos. Nós queremos a nossa Licitação sim, a nossa legalização. Queremos, sim, ser legalizados! Nós gostaríamos que a Prefeitura desse uma resposta para isso aqui. (mostra os documentos)

Excelentíssimo Sr. Presidente, Vereador Jorge Mauro, a documentação está aqui. Está tudo pago. Está tudo direitinho, mas, mesmo assim, os nossos cartões foram cassados. Agora, não sei o porquê. A nossa numeração está em outros cartões, sabe por quê? Porque se chegar lá com R\$ 2.000,00 ou R\$ 3.000,00, num sanguessuga da SMTU, com certeza seu carro vai ser legalizado. Mas você, que não tem esse dinheiro para dar, para sustentar o vício deles, daqueles sanguessugas, fica assim, pendente ou perde o direito. Nós temos quatro companheiros aqui que, desde 1996, estão na luta comigo. Eu fiquei sete dias, junto com meus companheiros, em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro. Foram sete dias e sete noites dormindo ao relento e ninguém veio. Sabe o que o Sr. Prefeito disse que nós éramos? Vândalos! Mas, quando ele precisou de votos, nós viramos a mesa para ele. O então Prefeito, o Conde, ganhou porque soube falar para o transporte alternativo. Soube solicitar do transporte alternativo.

Hoje, por que o transporte alternativo é cassado? É como falou o nosso Vereador Rogério Bittar, ano que vem, o transporte alternativo vai ser procurado e vai virar bonzinho. Seis meses para a campanha, não é só candidato a Prefeito que vem, mas candidatos a Vereador também vão ficar atrás do transporte alternativo. Sabem por

quê? Porque o transporte alternativo traz voto, porque carrega a população. É por isso.

Uma coisa mais que eu tenho que falar é sobre o táxi e a seletiva. Eu carrego 130 passageiros por dia. Vocês podem me acompanhar. Eu não tenho direito a usar a seletiva. Eu tenho imensas multas por isso. Não posso nem legalizar meu carro, fazendo a vistoria anual, por conta da carreata de multas que tenho.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Procure concluir por favor.

O SR. RICARDO DOUGLAS – Só mais um minutinho. Por que o táxi carrega quatro passageiros e tem direito à seletiva? O transporte alternativo carrega quinze e não tem esse direito.

(PALMAS)

Eu queria saber por que isso acontece. Eu queria saber isso. Infelizmente nós vivemos neste país. V. Exas. vão me desculpar, mas eu estou há 14 anos pleiteando isso, sofrendo, levando sustento para a minha família, para a minha casa, mas eu não acredito nas Leis deste país. Mas eu vou passar a acreditar no dia em que nós, do Transporte Alternativo, tivermos condições de trabalho e dignidade. Dignidade para os filhos, para os companheiros e para nós, também, que levamos comida e sustento para a nossa família.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Vou pedir ao representante do transporte da Zona Oeste para falar. Mas antes quero deixar registrado para vocês que abri uma CPI juntamente com o Vereador Jorge Babu, e o Sr. Marcos Paes sabe disso. Porque o que houve é o seguinte: trocaram, fizeram campanha em cima de transporte alternativo, venderam cartão. Quem tinha o direito não teve o seu direito e quem não tinha o direito conseguiu comprar esse cartão. E nós mandamos isso para o Ministério Público e apuramos. Eu, como Presidente, costumo dizer o seguinte: para o que é legal, eu estou dentro; para o que é ilegal, eu estou fora. Ninguém nunca me viu botar a cara para cassar kombis e vans. Agora, isso aí, para mim, foi um ato pelo qual eu abri uma CPI com o Vereador Jorge Babu, porque o que você falou é verdade: cobravam dinheiro para fazer isso. Aí, eu acho que o Ministério Público, que teve acesso aos documentos, pois foram todos encaminhados, tem que agir. E se você tem o seu direito, você pode mandar isso para cá de novo, para a Comissão, que nós vamos estudar e vamos mandar lá para ver. Isso não é problema nenhum não. E o Dema sabe disso.

Agora, para concluir, o Sr. Jorge Luiz Alves. Nós vamos marcar uma outra Audiência para a gente continuar discutindo isso. Transporte é um tema muito extenso. Às vezes, Dema, a gente tem que fazer da seguinte forma: quando se for falar em Transporte Alternativo, tem que falar uma pessoa só. Porque às vezes falam três ou quatro sobre a mesma questão e nós não ouvimos outras pessoas.

(Alguém se pronuncia fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu sei disso. Mas eu tenho até que dizer que nós vamos marcar uma outra Audiência para continuarmos discutindo isso, porque transporte na cidade, realmente, é algo que está muito difícil. E nós temos que estar sempre juntos para tentarmos legalizar isso. Depois que vocês fizerem a reunião lá em cima, com o Secretário, voltem aqui.

Para concluir, com a palavra, o Sr. Jorge Luiz Alves.

O SR. JORGE LUIZ ALVES – Boa tarde, meu Presidente. Boa tarde a todos da Mesa. É com uma satisfação muito grande que estou aqui referendando o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Mas com muita tristeza também. Logo assim que cheguei, cancelei quatro ônibus que estavam na Avenida Brasil e mandei que retornassem à base.

Realmente, o Plano Diretor tem que ser discutido. Nós começamos a discuti-lo ano passado no Clube de Engenharia – está ali o representante. Foi a primeira Audiência. E levamos, da Zona Oeste, 50 Associações de Moradores para questionar o Plano Diretor. Naquele exato momento, quem estava apresentando esse Plano Diretor que está aí era uma empresa de São Paulo. E aí a gente fez um referendo para que ele fosse discutido na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O nosso Secretário estava em campanha, então, o Subsecretário foi à Zona Oeste para complementar esse Plano Diretor. Foi feita lá em Santa Cruz uma Audiência e nós questionamos aquela área toda: Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Campo Grande, Bangu, Realengo, Padre Miguel e Deodoro. E já estamos quase no meio do ano e não recebemos o relatório conclusivo daquilo que foi questionado lá.

Já tínhamos levado ao Prefeito da Cidade, porque foi criado um grupo ano passado de estudo na área de Deodoro para ver a condição que ia se dar ao Plano Diretor daquela região, com o grupo fechado da Prefeitura para poder fazer esse trabalho. E quando descobrimos na *Internet* que esse grupo estava lá fazendo esse trabalho para o Plano Diretor, nós questionamos na primeira Audiência de apresentação desse Plano Diretor, porque a nossa Comissão vai fazer sete anos. É uma Comissão Permanente de várias Instituições daquela região que são representantes do povo. E não podemos alegar determinadas situações que acontecem sem o povo saber. E nós questionamos naquele exato momento. Hoje, está aí essa representação, todos fazendo várias conclusões de cada área. Mas, realmente, a Zona Oeste hoje só tem oito empresas de ônibus e todas elas quebradas.

Estão remediando com o que tem, e não atende à população. Santa Cruz com 420 mil habitantes; Campo Grande vai abaixo, Bangu vai abaixo. E onde estão essas empresas de ônibus que não têm condições de carregar essa população? É vergonhoso! Trabalho na Penha e chego quase meia-noite em casa, porque tomo um cansaço na Av. Brasil esperando uma condução. Ando de ônibus para poder fiscalizar, para poder chegar aqui e falar, saber o que está falando.

A questão que está sendo colocada aqui dos companheiros de Pedra não é a realidade para mim, porque lá sabemos como funciona. Uma empresa com 380 ônibus não tem condição; ela nunca vai ter ônibus para poder suprir as necessidades daquela comunidade.

Tenho uma relação aqui, que vou passar para o nobre Presidente. Já tenho até uma reunião marcada com S.Exa. e com o Vereador Dr. Jairinho, também, para discutirmos isso na Zona Oeste. Aceita-se uma empresa falida, mas há outra

brigando. Ganhou na Justiça e colocou um ônibus fazendo a linha Itaguaí – Cascadura. Um ônibus só! Isso é um absurdo!

Campo Grande hoje está abandonado. Fiz documentos, fotos, que estão no Ministério Público Federal e foram entregues ao Ministério das Cidades, para verem o abandono em que a Zona Oeste se encontra. Não tem cabimento uma rodoviária daquela, recebendo várias empresas de ônibus, naquelas condições. Os alternativos estão jogados pelas esquinas da vida. Os companheiros têm suas kombis, suas vans cedidas ainda pelas autoridades. Isso aí é um desgaste que vimos discutindo ao longo de quatro anos, sem resultado.

Então, hoje, companheiros do alternativo, os senhores têm uma faixa boa. Vamos correr atrás desse prejuízo, porque o transporte tem de ser legalizado. O Prefeito tem de dar as concessões. Fiz a cobertura nos quatro dias de Carnaval porque trabalho na Imprensa também e vi o que os companheiros passaram no Centro da Cidade: à meia-noite, recolhiam os ônibus; de uma em uma hora, às vezes de três em três horas é que tinha ônibus para o pessoal voltar para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, o que é um absurdo. Campo Grande não tem ônibus para a cidade; tem de se fazer baldeação em Coelho Neto. Isso é um absurdo. Outra coisa que quero registrar aqui nesta Casa: lá é um curral eleitoral e diz respeito às pessoas com menor salário. Estão sendo construídos quatro conjuntos habitacionais entre Santa Cruz e Campo Grande para colocar as pessoas que eles não querem lá na porta do PAN. E como vai haver o transporte público para atender essa comunidade? Tem de haver o alternativo mesmo, que está lá de madrugada, levando as pessoas até suas casas.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Peço-lhe que conclua, companheiro.

O SR. JORGE LUIZ ALVER – Então, meu Presidente, lamento muito, mas temos de fazer outra Audiência. E os três ônibus que cancelei na Av. Brasil, com certeza na outra vão estar aqui. Porque estive lá no Clube de Engenharia o nosso representante, que está sentado à Mesa; e o nosso Coordenador de Transportes, que está nesta Mesa, sabe disso porque participou de várias reuniões conosco. O que tem de ser colocado é a urgência do problema, e quem tem de resolver isso é o Poder Público, que tem de executar e fazer valer uma Constituição digna para o cidadão brasileiro.

Essa é a reclamação que quero deixar aqui, Sr. Presidente. E os documentos que eu trouxe vou deixar pessoalmente no seu gabinete.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Vamos ter de fazer uma outra Audiência Pública, e peço que na outra Audiência todo mundo possa falar sobre as suas questões.

Com a palavra, o nobre Vereador S. Ferraz.

O SR. VEREADOR S. FERRAZ – Para concluir, quero dizer ao Dr. Márcio Queiroz que, na realidade, na época do Orçamento, às vezes colocamos 2% para o transporte porque a Secretaria não vem aqui para discutir suas dificuldades. Muitos Secretários estiveram aqui e disseram que a Secretaria não precisava de nada. Então, achávamos

que o Secretário tinha razão porque, se o Orçamento dele já estava bem posicionado, ele não precisava de Orçamento. Por isso houve essa questão dos dois por cento.

Quero falar sobre o Transporte Alternativo. Não sou contra o Transporte Alternativo de forma legal, mas sou radicalmente contra o que foi ilegal. Sou contra as Cooperativas também, porque têm um problema seriíssimo: cobram diária, cobram o ponto, cobram tudo daquele motorista infeliz que tem o seu carro locado naquela Cooperativa.

Por isso, acho que a Prefeitura deveria fazer como faz com os táxis: motoristas autônomos, responsáveis pelo seu veículo. Porque senão é como o companheiro disse: todos os carros são vistoriados, e os problemas são resolvidos porque dou R\$ 10 R\$ 20, e o carro sai vistoriado. Não preciso nem ir lá. Tive táxi e sei muito bem como isto funciona: não preciso ir lá fazer vistoria nem correr ao Pesos e Medidas; é só chegar com o dinheiro e pagar. O motorista que falou aqui tem toda a razão. Isso acontecia há 30 anos, quando eu tinha táxi.

Então, onde está a ilegalidade, está a corrupção. Se os alternativos forem legais, não têm de pagar propina a ninguém. O funcionário público está lá para atender legalmente. Agora, é preciso também que o motorista esteja dentro da legalidade, com suas multas pagas, com a sua vistoria em dia. E isso não acontece. O motorista que está com o pára-choque amarrado é o motorista ilegal, que muitas vezes diz assim ao passageiro: “Não posso entrar por ali, porque já me comunicaram que tem uma blitz do Detran”. Já cansei de ver pessoas reclamarem sobre isso.

Então, é preciso que realmente passemos a estudar e a dar a esses motoristas o direito de ter o Transporte Alternativo sem ter a Cooperativa, que não faz nada e arrecada muito. É como no jogo do bicho: quem ganha é o banqueiro, não é jogador.

Então, é preciso que implantemos um transporte legal nesta cidade.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Eu...

O SR. ALDEMAR MATIAS DA SILVA – Eu gostaria de fazer um encaminhamento com relação à Audiência Pública. Vamos ter várias Audiências Públicas, mas eu gostaria de sugerir uma só para abordar a questão do Transporte Alternativo.

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Com certeza, isso tem de ser feito.

O SR. ALDEMAR MATIAS DA SILVA – Acho um tema necessário. O Sindicato está solicitando essa Audiência para discutirmos nossos problemas de forma separada do problema de Santa Teresa e de outros bairros.

Respondendo rapidamente a outra questão, Sr. Vereador, o sistema cooperativista data de mil, oitocentos e muito tempo atrás. É regulamentado por Lei Federal. As Cooperativas que não agem de forma correta devem cumprir seu papel e se sujeitar à Justiça.

Por outro lado, pergunto a V. Exa. se podemos discutir na próxima Audiência Pública quem organiza o sistema de 6.000 veículos no Rio de Janeiro do tamanho que é, tendo linha, horário para sair, horário para chegar. Quando o carro do Paulinho quebra às três horas da manhã, quem vai pegar é o reboque da Cooperativa. Quando o

carro do Magoô quebra às três horas da manhã, quem vai pegar é o reboque da Cooperativa. Eles estão ali, vieram juntos. Inclusive, o Pantera escreveu aqui que eles têm toda a liberdade. Agora, o sistema é organizado por Cooperativa, inclusive por orientação do Poder Público. Não se pode ter 6.000 operadores a seu bel prazer rodando para lá e para cá.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE MAURO) – Discutiremos esse assunto em outra Audiência.

Agradecendo a compreensão de todos, dou por encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 14h25)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Antonio Jofre Z. Andrade (Coord. de Projetos e Planejamento – Rep. Secretaria Municipal de Transporte); Luiz Gustavo Barreto (Assessor do Coord. – Rep. Secretaria Municipal de Transporte); Aloisio Leles de Paula; Teresa Carvalho Santos (Professora UFF); Jose Alexandre Pimenta Carvalho; Waldir Peres (Rep. Secretaria de Transporte do Estado); Osnir Pereira (Rep. Fórum Comunitário Capoeiras de Campo Grande); Angelica Angelo – Fórum Comunitário de Campo Grande); Celia Rangel; Neli de Almeida Cabral (Centro de Estudos Projetos e Ações de Gauratiba); Claudio Silva Martins (Cepag); Elsinea Daltro Chaves (Cepag); Valdir Jose Domingues (Cepag); Eni de Souza Caramuru (Cepag); Jorge Antonio de Macedo Paes (Cepag); Pedro Giorgio de Souza Rodrigues (Cepag); Erica Diouana Teixeira Fernandes; Kenzo Soares Seto (Gremio Estudantil do Colegio Pedro II Unidade Humaitá); Luiz Kutwak (Amor – Assoc. Mor. do Recreio dos Bandeirantes – Diretor Jurídico); Yone Barbosa (Cepag – Centro de Estudos Projetos e Ações de Guaratiba); Angela Cristina P. de Oliveira (Cepag); Isabel Cristina Leão Silva (Cepag); Raimundo Brado Pires (Cepag); Roberto Luis Monteiro Barbosa (Cepag); Kátia Cristina da Silva Carvalho (Cepag); Leticia Pacheco Vasconcelos (Cepag); Concy Costa Figueiredo; Yuri de Meneses (Cooper. Rio da Prata); Jadir de Souza (Cooper Capi); Ivanildo Moreira da Costa (Coop. Cooper Pedra); Antonio José Furtado (Cooper. Rio da Prata); Cristiano da Silva Oliveira (Cooper. Rio de Prata); Valdenir Alves dos Santos (Cooper. Rio da Prata); Alex Cardoso da Silva (Cooper Rio da Prata); Cátia C. P. de Melo (Cepag); Nilson Pereira Pinto (Cepag); Crezimar Rocha dos Santos (Cepag); José do Carmo Roberto (Cepag); João de Tarso Palotino (Uerj – Professor); Aldemar Matias da Silva (Pres. do Sindicato das Cooperativas de Transportes Públicos do RJ); Carlos Alberto da Silva Pereira; Cleiton Nascimento dos Santos; Juliana Pellegrini Lima Rocha; Amanda Simões Saboya; Juliana Nunes; Mara Luiza; Maria Clara Gadinho; Tamis Merne Cunha; Luísa Abreu Genes; Guilherme Alves Côrtes Fonseca; Pedro Barreto Miranda; Miriam; Joroaro Aurélio de Oliveira (Cooper. Capi); Paulo Ribeiro da Conceição (Cooper. Rio da Prata); Paulo Cesar C. dos Santos (Cooper. Rio da Prata); Marcos Barreto (Cooper. Capi); Gloria dos Santos (Cooper. Capi); Anderson Gonçalves (Cooper. Capi); Edimilson

Guedes de Sousa (Cooper Capi); Riso Antonio de Jesus (Cooper Rio da Prata); Heroisa Pires Ferreira; José Ricardo da Silva Ceilão; Giselda dos Santos (Assoc. de Assistência à Criança Surda); Luciano Silva; José Alexandre P. dos Santos (Sindtranrio – Coop. da Prata); Alfredo de O. Salles; Elisangela Marques da Silva (Coop. da Prata); Eliseu Antonio de Andrade; Marcos Vinicius José Monteiro; Ricardo Douglas (Líder do Transporte Alternativo); Mirla Farias Rodrigues (Colégio Teresiano CAP/PUC); Daiane Alves Monteiro (Colégio Teresiano CAP/PUC); Thales de Vasconcelos Mattoso Maia (Colégio Teresiano CAP/PUC); Alice Herrera de Figueiredo (Colégio Teresiano CAP/PUC); Alexia Giorgia de Abreu Costa (Colégio Teresiano CAP/PUC); Marina Cardoso Loja da Silva (Colégio Teresiano CAP/PUC); Luiza Sagrete Wanderley (Colégio Teresiano CAP/PUC); João Gabriel de Carvalho Reis (Colégio Teresiano); Ian Calvet Martnower (Colégio Pedro II do Humaitá); Dom Pepito (Pedra de Guaratiba); João Arlindo Viana Rocha (Coop. CAP); Charles Santos Dias (Rio da Prata); Estela Oliveira (Coop. CAP); Ronaldo de Souza da Costa (Rio da Prata); José Roberto da Silva Santos (Coop. Rio da Prata); Carlos Henrique Oliveira Paulino; Jocishei Cunha Barreira (CAP); Jorge dos Santos da Luz (Rio da Prata); Evandro Carlos S. de Oliveira (Coop. CAP); Ailton Felipe Cívico (Coop. Rio da Prata); Ezio Fernando de Jesus (Coop. Rio da Prata); Henrique Alves do Nascimento; Isabela Alhadeff Dias; Eric Willemsens; Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara; Mônica Abreu Barbosa; Álvaro Moreira Filogônio Netto e Fábio Leal Veloso e Paulo Oscar Saad, de Santa Teresa.